

convergência

JUN — 1988 — ANO XXIII — Nº 213



- **JOSÉ DE ANCHIETA, O CATEQUISTA DO BRASIL**
Pe. Pedro Américo Maia, SJ — página 267
- **A IGREJA E A ESCRAVIDÃO NO BRASIL**
Dom José Maria Pires — página 277
- **CONTRADIÇÕES NA IGREJA INCULTURADA NO BRASIL**
Frei Bernardino Leers, OFM — página 288

CONVERGÊNCIA

Revista da
Conferência
dos Religiosos
do Brasil: CRB



Diretor-Responsável:

Ir. Claudino Falchetto, FMS

Redator-Responsável:

Padre Marcos de Lima, SDB
(Reg. 12.679/78)

Equipe de Programação:

Pe. Atico Fassini, MS

Pe. Cleto Caliman, SDB

Ir. Delir Brunelli, CF

Ir. Maria Carmelita de Freitas, FI

Direção, Redação, Administração:

Rua Alcindo Guanabara, 24 — 4.º / Cinelândia / Tel.: (021) 240-7299 / 20031 RIO DE JANEIRO — RJ.

Assinaturas para 1988

Brasil, taxa única:

terrestre ou aérea.....	Cz\$ 750,00
Exterior: marítima.....	US\$ 38,00
aérea	US\$ 48,00
Número avulso.....	Cz\$ 75,00

Os artigos assinados são da responsabilidade pessoal de seus autores e não refletem necessariamente o pensamento da CRB como tal.

Composição: Linolivro S/C Ltda., Rua Dr. Odilon Benévolo, 189 — Benfica — 20911 Rio de Janeiro, RJ.

Fotocomposição: Estúdio VM — Composições Gráficas, Ltda., Rua Escobar, 75, s. 202 — São Cristóvão — 20940 Rio de Janeiro, RJ.

Impressão: Oficinas Gráficas da Editora Vozes Ltda., Rua Frei Luís, 100 — Centro — 25685 Petrópolis, RJ.

Nossa capa

Peça, engrenagem, força. Em outro patamar, a intenção fundamental: **pessoa, comunidade, sociedade.** É óbvio, não é obra de arte, arte retiniana, formas agradáveis aos olhos. É; sim e sobretudo, um jogo de idéias. O interesse está menos no produto visual; menos no seu aspecto decorativo; mais na leitura da imagem, do signo-símbolo. Ser o que se é — pessoa — ou ser meramente peça na engrenagem do sistema? Toda vida verdadeira é encontro. Na relação interpessoal se desenvolve a personalidade e se adquire a identidade. Como, então, experimentar-se,

de maneira característica, uma individualidade precisa e não individualista? Como ser comunidade sem despessoalizar-se ou despersonalizar-se? Afirmar e respeitar os valores do grupo como pluralidade psicológica ou as suas exigências de unidade sociológica, matriz de padronização institucional? Pessoas em comunidade, sempre fonte de tensões. O grupo é realidade conflitiva. Não se pode desconhecer o realismo das diferenças. E, no entanto, individualidade sem o sentido de pertença ao grupo não amadurece vocacionalmente. Comunidade sem o sentido de individuação é tentativa equívoca de sentir-se pessoa. Na busca de um ajustamento dinâmico para esta dialética existencial, **CONVERGÊNCIA** ajuda a evitar a emergência de excessos, a desabrochar experiências amadurecedoras, a evoluir, pouco a pouco, para uma situação de discernimento e de autonomia consubstanciadas pela fé. Só a fé combina este dualismo aparentemente contraditório: **Pessoa e Comunidade**, sublinhando a certeza de uma crescente integração. A nossa vocação é de comum união com JESUS CRISTO, a dimensão personalizante e comunitária de nosso futuro (1 Cor 1, 9). Nesta perspectiva, mensalmente, **Convergência** quer lhe dizer: hoje já é o ensaio da realidade do amanhã (Pe. Marcos de Lima, SDB).

Registro na Divisão de Censura e Diversões Públicas do D.P.F. sob o n.º 1.714-P.209/73.

SUMÁRIO

EDITORIAL.....	257
INFORME DA CRB.....	259
JOSÉ DE ANCHIETA, O CATEQUISTA DO BRASIL Pe. Pedro Américo Maia, SJ.....	267
A IGREJA E A ESCRAVIDÃO NO BRASIL Dom José Maria Pires.....	277
CONTRADIÇÕES NA IGREJA INCULTURADA NO BRASIL Frei Bernardino Leers, OFM.....	288
QUE CRISTO SE DESCOBRE NA AMÉRICA LATINA EM VISTA A UMA NOVA ESPIRITUALIDADE Jon Sobrino.....	305
DOM BOSCO E O SEU ESPÍRITO Pe. Marcos de Lima, SDB.....	319

EDITORIAL

Um acontecimento de imensa relevância para a Vida Religiosa na América Latina se realiza neste mês de junho: a X Assembléia Geral Ordinária da Confederação Latino-americana de Religiosos — CLAR.

Em COCHABAMBA, Bolívia, de 1 a 10 de junho de 1988, estarão reunidos nesse grande evento: a Diretoria da CLAR, os Presidentes e Delegados das diferentes Conferências de Religiosos da América Latina, peritos e assessores. Uma só preocupação a todos congrega: o desempenho evangélico da Vida Religiosa no nosso continente.

Num comunicado da CLAR, em preparação a esta Assembléia, se afirma: "Convocamos a todos os religiosos e religiosas para um grande diálogo latino-americano, intercongregacional e intercultural, sobre o processo de formação que se está levando à frente em nossos países e Institutos Religiosos. Esse diálogo, esta busca, vai culminar na X Assembléia Geral que se realizará na Bolívia de 1 a 10 de junho, e cujo tema central de reflexão será: 'A formação para a missão evangelizadora'. Trataremos esse tema a partir dos contributos que estão sendo recolhidos em todos os rincões do continente".

Diversos Encontros, a nível de macro-regiões latino-americanas,

foram realizados em preparação à Assembléia e sobre esse tema. Foram programados para uma partilha sobre a situação da formação em cada país do continente, para a elaboração de um informe sobre a situação da formação em cada macro-região, e para a seleção de duas experiências mais representativas da formação. No caso do Brasil, o encontro foi feito em outubro de 1987, sob os auspícios da CRB Nacional, e com a participação de Formadores provenientes de todos os Estados do Brasil.

Por sua vez, a Equipe de Teólogos bem como os peritos em formação para a Vida Religiosa, que atuam em nível de CLAR, deram sua valiosa contribuição.

Tudo caminhou para que a X Assembléia Geral possa alcançar o melhor sucesso. Dela, a partir da análise da situação atual da Vida Religiosa latino-americana, sobretudo em suas coordenadas "formação-missão evangelizadora", deverão fluir novas luzes para iluminar essa pedregosa caminhada.

No que se refere ao Brasil, o levantamento da situação, embora feito por simples amostragem sem pretensões estatísticas, apresenta algumas características significativas na área da formação para a Vida Religiosa:

— uma boa consciência eclesial; um compromisso explícito com os pobres; uma grande proximidade em relação ao povo; descoberta dos valores do povo; crescimento da consciência em relação à injustiça social; um estilo de vida mais despojado; tomada de atitudes profeticamente evangélicas; abertura de formadores e formandos para a evangelização; maior solidariedade e partilha interna ao grupo; consciência crítica mais desenvolvida.

Isso tudo é muito significativo. São dados reveladores da nova consciência em relação à Vida Religiosa, suas exigências e compromissos. Há dois elementos particularmente importantes ali:

— o processo de formação vai acontecendo num clima de inserção em meios populares. Com todos os desafios que isso implica, para uma Comunidade formadora ou Província, ali está algo de qualitativamente NOVO que obriga a uma revisão dos quadros da formação e do conjunto da vida de uma Província. Por ali, crê-se convictamente, passa a corrente do sopro do Espírito nesse novo Pentecostes que se desencadeou sobre a Igreja e a Vida Religiosa. O convívio com os empobrecidos está ensinando a formandos e formadores muita coisa que livro nenhum veiculava. O próprio Evangelho é redescoberto. A experiência pessoal e comunitária de Deus tem outro sabor e vigor. Deixa Ele de ser "figura abstrata" e passa a ter rosto concreto na multidão;

— a consciência da MISSÃO vai assumindo contornos mais definidos. A Missão é um dos polos definidores da vocação à Vida Religiosa. A CLAR, ao estabelecer como tema central em sua X Assembléia, "A formação para a missão evangelizadora", atinge o âmago da questão da formação. A missão evangelizadora é própria de todo batizado. O Religioso, por sua vida, busca até às últimas raízes, as exigências do próprio batismo. Por isso se impõe a missão da construção do Reino. A missão evangelizadora reside na essência mesma da Vida Religiosa. Esse NOVO, essa redescoberta, impulsionará de forma nova, mais ardente e coerente, os jovens que procuram caminhar por nossos caminhos. O processo de formação, polarizado também pela missão, frutificará abundantemente em nossa terra.

Assim seja!

CONVERGÊNCIA apresenta:

— "José de Anchieta, o catequista do Brasil", de Pe. Pedro A. Maia, SJ.

— "A Igreja e a escravidão no Brasil", de Dom José Maria Pires.

— "Contradições na Igreja inculturada no Brasil", de Fr. Bernardino Leers, OFM.

— "Que Cristo se descubra na América Latina: em vista de uma nova espiritualidade", de Jon Sobrino.

Pe. Atico Fassini, MS

I N F O R M E

CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL

CETEPISTAS FAZEM EXERCÍCIOS INACIANOS

De 02 (à noite) até 31 (após o almoço) de janeiro de 1988 a Casa de Retiros De Vila Kostka, Itaici, nome já tradicionalmente consagrado de grandes eventos eclesiais, acolheu um grupo de Cetepistas para mais uma experiência do "Retiro inaciano" de 30 dias.

É bom recordar que em 1981, a pedido dos então Diretores do CETESP, Pe. IVO WEBER, SJ e Ir. TEREZA NUNES, FC, a Equipe de Jesuítas de Itaici assumiu dirigir uma primeira experiência deste tipo de Retiro para religiosos que já haviam feito o CETESP. O resultado foi tão bom que a Diretoria da nossa entidade resolveu dar continuidade periodicamente a ela. Assim que de julho de 1981 até este janeiro de 1988, cinco turmas de Cetepistas passaram pela mesma Casa de Itaici e sob a sábia orientação de Jesuítas e Equipes escolhidas a dedo para o acompanhamento pessoal. Com o último grupo perfizemos o total de uns 160 participantes.

Neste último Retiro participaram 31 pessoas. Dentre elas, 25 eram Cetepistas e as outras 06, 01 sacerdote diocesano e 05 religiosas, selecionados diretamente pela Direção da Casa de Retiros, não haviam feito o CETESP. Os 25 Cetepistas, 01 Irmão Leigo, 02 sacerdotes religiosos e 22 Irmãs, vinham de 15 estados

do país onde últimamente trabalhavam e 01 do Equador, pertencendo a 19 Congregações diferentes. Saídos de 13 Cursos, assim distribuídos do I, III, IV, X, XIII, XIV, XV, XVI e XVIII.

Na condução e explicitação de toda a matéria para as Orações esteve o Pe. **Ricardo Antoncich**, jesuíta peruano. Este coordenou e animou o trabalho de outros 05 Orientadores espirituais da caminhada pessoal dos exercitantes: os PP. Roberto Albuquerque, Pedro Maione e Paulo Lisbôa, todos jesuítas e as Irmãs Terezinha Rocha e Maria Eunice de Oliveira, ambas franciscanas, das Hospitaleiras e das Clarissas Missionárias, respectivamente, Cetepistas as duas. Pe. Paulo, incentivado por Ir. Maria Eunice, atuais Diretores do CETESP, organizou e concretizou toda esta promoção em nome da CRB Nacional.

Numa rápida avaliação, a partir do que se viu, ouviu e leu da vivência e dos pequenos relatórios semanais dos participantes, pode-se dizer que todos os 31 participantes aproveitaram da riqueza da metodologia contida nos Exercícios inacianos, tão bem enriquecida pela larga experiência do Pe. Ricardo. Este, na singeleza e simplicidade de seus esquemas, soube levar todos a uma oração muito pessoal e a uma abertura de corações e vidas em vista de um compromisso mais sério com Jesus Cristo, no pobre da América Latina. Tendo co-

mo pano de fundo de todas as 04 semanas a oração do PAI NOSSO, fundamentou e atualizou a prática quatro vezes secular dos Exercícios de Santo Inácio. Certamente, foi o instrumento de que Deus se serviu para o re-envio de evangelizadores mais conscientes de um anúncio do Reino já presente em nossa realidade conflitiva de continente ainda profundamente religioso.

Rendemos graças à Trindade por mais esta sua manifestação à nossa Vida Religiosa. O nosso reconhecimento também aos jesuítas desta Província que se mostraram mais uma vez generosos em atender aos apelos dos Religiosos do Brasil e abertos em partilhar fraternalmente aquilo que já constituíram um patrimônio de toda a Igreja, os Exercícios Espirituais de seu Santo fundador.

Pe. Paulo Lisbôa, SJ
Diretor do CETESP

IRMÃS DO DIVINO SALVADOR: SALVATORIANAS

Cem anos de existência

Ao entoarmos nosso "Magnificat" de louvor e gratidão a Deus, pelos nossos cem anos de existência, queremos partilhar com vocês um pouco de nossa história e de nossa alegria de celebrarmos o Centenário de Fundação da Congregação das Irmãs do Divino Salvador — Salvatorianas.

Há cem anos, no dia 8 de dezembro de 1888, na cidade de Tívoli — Itália. Pe. Francisco Maria da Cruz Jordan, auxiliado pela Bem-aventurada Maria dos Apóstolos von Wüllenweber, funda a Congregação. Na ocasião, Maria dos Após-

tolos inicia o ano de noviciado, juntamente com mais três jovens vindas da Alemanha.

Hoje, as Irmãs Salvatorianas, num total de aproximadamente 1.441 religiosas, estão presentes nos seguintes continentes: Americano: Brasil — Colômbia — Estados Unidos. Africano: Tanzânia e Zaire. Asiático: Filipinas — Índia — SriLanka — Taiwan — Terra Santa. Europeu: Alemanha — Áustria — Bélgica — Hungria — Inglaterra — Itália — Polônia — Suíça.

As Irmãs Salvatorianas chegam ao Brasil no dia 06 de dezembro de 1936, no Porto de São Francisco — SC, provenientes da Alemanha, estabelecendo-se em Videira — SC. No Brasil, existem, hoje 286 salvatorianas organizadas em duas Províncias: a Província "Santa Catarina" com sede em Lages-SC, (216 Irmãs) e a Província "São Paulo" com sede em Santa Bárbara D'Oeste-SP (70 Irmãs).

I. CONTEXTO HISTÓRICO

Todo ideal de vida nasce dentro de um contexto histórico concreto. Em todas as épocas da história da humanidade, os homens sempre sentiram a amarga experiência da injustiça, da violência, do egoísmo, da auto-suficiência, do desamor e das relações opressoras contrárias ao Plano de Deus-Criador.

Ao longo da história, constatamos também a existência de pessoas que, conscientes de sua vocação, relacionam-se harmoniosamente com Deus, com os irmãos e com todo o universo e, diante da realidade tantas vezes contrária ao Projeto de Deus, se comprometem a transformá-la.

Uma vez que a fundação da Congregação Salvatoriana acontece no século XIX, convém situá-la historicamente, aceitando aos principais fatores que marcam aquele momento histórico. Dentre eles destacam-se:

REVOLUÇÃO INDUSTRIAL: Com início na Inglaterra e espalhando-se pela Alemanha e vários outros países, a Revolução Industrial dá origem à massa operária com todas as implicações daí decorrentes.

REVOLUÇÃO FRANCESA: A Revolução Francesa, o liberalismo difundido pelos livres pensadores, mudam a realidade do povo, provocando conflitos e choques de idéias, que trazem em seu bojo profundas transformações da realidade sócio-político-econômica e religiosa.

UNIFICAÇÃO NACIONAL: Em resposta a esta nova situação, que ameaça o poder e divide os países em pequenos feudos, principados, e burgos, surge o ideal de "Unificação Nacional", tentando transformar estas pequenas unidades políticas, num só estado forte, por meio da recentralização do poder.

REVOLUÇÃO CULTURAL: Na Alemanha, na segunda metade deste mesmo século, surge a "Revolução Cultural", ou seja, o "Kulturkampf" (luta pela cultura). Este movimento político é dirigido por Bismark, o qual teme a influência da Igreja Católica na política alemã, procurando por isso, enfraquecer o partido do Centro (Zentrum) que representa a catolicidade.

O cristianismo, em consequência das funestas influências do liberalismo, se encontra, então, em grave crise e se vê ameaçado pelo espírito irreligioso dos novos tempos.

REAÇÃO DA IGREJA: Reagindo contra os ataques de Kulturkampf, bispos, padres e leigos unem-se num forte movimento em defesa da fé católica. Os líderes desses movimentos passam a reunir-se, anualmente, nos então chamados "Congressos Católicos".

João Batista Jordan e Teresa von Wüllenweber, como tantos outros, mostram-se sensíveis à realidade de seu tempo, destacando-se como profetas comprometidos com as necessidades da pessoa humana. A vida de oração e a experiência de Deus marcam-lhes profundamente a maneira de ser, despertando a sensibilidade diante do sofrimento do povo, no contexto sócio-político e religioso, em que viviam.

2. O IDEAL SALVATORIANO

JOÃO BATISTA JORDAN: Nasce em Gurtweil, Arquidiocese de Fraiburgo, no sul da Alemanha, aos 16 de junho de 1848, recebendo, no batismo, o nome de João Batista Jordan. Sendo de família pobre, desde cedo enfrenta a dura realidade da vida. Tendo concluído o 1º Grau aos 14 anos de idade, vê-se forçado a trocar a escola pela sorte do assalariado, empregando-se na construção de estradas-de-ferro e nas drenagens de rios. Desta maneira, vai-se familiarizando com a luta pela vida, a cruz e o sofrimento, desenvolvendo o espírito de responsabilidade, de iniciativa e de perseverança nas dificuldades.

Moço criativo e responsável, consegue, anos depois, um emprego melhor, como pintor-decorador. Não tem medo de enfrentar, juntamente com outros líderes católicos da época, os desmandos da Revolução Cultural, participando de vários movimentos de juventude e dos

Congressos Católicos. Nessa luta, ele desenvolve o amor pela Igreja, bem como a capacidade de liderança e a consciência de apóstolo comprometido com a causa de Cristo.

Entretanto, João Batista sente muita vontade de ser sacerdote. Depois de muitos esforços e lutas, ele consegue continuar seus estudos secundários e concluir mais tarde os universitários. No dia 21 de julho de 1878, realiza seu grande sonho: é ordenado sacerdote do Senhor.

TERESA VON WÜLLENWEBER: No norte da Alemanha, no castelo de Myllendok, perto de München — Gladbach, no dia 19 de fevereiro de 1833, nasce a baronesa Maria Teresa Francisca Josefa Constância von Wüllenweber.

Conforme a tradição da família, aos 15 anos de idade, Teresa completa sua formação num pensionato. Vai, então, para o Colégio das Irmãs Beneditinas, em Liège, na Bélgica, onde fica dois anos. Depois, aos 17 anos de idade, volta para a casa paterna, onde o pai a introduz nos negócios do castelo que, conforme os costumes da época, ela deve herdar, por ser a filha primogênita.

Após haver participado de uma Missão Popular, pregada pelos Padres Jesuítas, nos arredores de Myllendonk, Teresa sente-se chamada à Vida Religiosa. Começa assim, um longo caminho de busca para a realização de seu ideal.

ORIGEM DO IDEAL: Ao ser ordenado sacerdote, em 1878, Pe. Jordan já vive profundamente os problemas de seu tempo interrogando-se sobre a maneira de lhes dar uma resposta.

Rezando e refletindo sobre a realidade, duas questões o inquietam particularmente: por que tanta gente ignora ou nega explicitamente sua fé, quando antes parecia ser tão católica? Por que tantos cristãos abandonam sua fé, quando esta implica em algum risco e não oferece alguma vantagem social?

A resposta de Pe. Jordan a essas perguntas é simples, profunda e atual: duas situações dificultam ao povo o viver em profundidade e com perseverança a sua fé. **PRIMEIRO**, a ignorância religiosa, pois só se ama aquilo que se conhece. **SEGUNDO**, a passividade na vivência da fé, já que a convicção leva à ação.

OS PRIMEIROS PASSOS: coerente com esta resposta, Pe. Jordan decide-se a desencadear um vasto movimento de renovação e animação da vida cristã, partindo destes dois desafios básicos: conhecimento, e envolvimento. Para superar a ignorância religiosa, é preciso ensinar, evangelizar, levar ao conhecimento da verdade. E para superar a passividade dos cristãos, é preciso envolver, ativar, e transformar em apóstolo da fé. E para se conseguir tudo isso, é necessário favorecer a descoberta de autênticas lideranças cristãs. A mensagem de João 17,3 exprime muito bem esta missão salvatoriana: "Para que te conheçam a Ti, ó Pai, e a Jesus Cristo que enviaste".

Pe. Jordan está convicto do que é preciso usar de todos os meios para renovar a vida, o espírito, atingindo a pessoa do cristão. O movimento por ele desencadeado deve atingir a todos: padres, religiosos e leigos, particularmente aqueles que se encontram em posição de liderança.

A experiência da realidade complexa de seu tempo, contemplada à luz da fé, vai definindo, progressivamente, na mente e no coração do Pe. Jordan, a necessidade de fundar uma Sociedade que dê vida a um novo estilo de evangelização.

Em 1880, Pe. Jordan vai à Terra Santa, em missão oficial da Igreja, e aproveita a oportunidade para refletir sobre a vida e a práxis de Jesus de Nazaré e de seus seguidores imediatos, os Apóstolos. Estando sobre o Monte Líbano, enquanto contempla a cidade, medita as palavras do Evangelho: "Esta é a vida eterna: que te conheçam a Ti, um só Deus verdadeiro e a Jesus Cristo que enviaste" (Jo 17,3). Sente o impulso da graça e, com coragem, decide fundar uma sociedade cujos membros deveriam, como os Apóstolos, levar uma mensagem de salvação a todos os povos.

FUNDAÇÃO DA SOCIEDADE: aos 8 de dezembro de 1881, Pe. Jordan concretiza sua idéia e funda, oficialmente, na Capela Santa Brígida, situada na Praça Farnesi, em Roma, a "Sociedade do Divino Salvador" que tem como centro e Patrono a pessoa do próprio Cristo Salvador.

Inicialmente, a Sociedade é dividida em três graus, de acordo com o maior ou menor envolvimento da pessoa.

O primeiro grau é constituído por sacerdotes, religiosos e leigos que se ligam à Sociedade por votos particulares e, a exemplo dos Apóstolos, deixam tudo, para dedicar-se inteiramente a serviço da animação e coordenação de suas atividades.

O segundo grau é constituído igualmente de sacerdotes, religiosos e leigos,

os quais, sem abandonarem sua profissão, colocam-se a serviço da Sociedade, particularmente no campo científico-literário.

O terceiro grau é constituído também por sacerdotes, religiosos e leigos que, sem abandonarem sua profissão, unem-se à Sociedade, comprometendo-se a realizar a missão da mesma, cada um no seu respectivo campo de ação.

TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE: em 1883, por não conseguir a aprovação de seu amplo projeto de evangelização por parte da Igreja, e também por razões de eficácia, Pe. Jordan altera a estrutura original da Sociedade, transformando o 1º grau em três "ordens": Congregação religiosa masculina (salvatorianos), Congregação religiosa feminina (salvatorianas) e leigos salvatorianos. Formalizando tal mudança, Pe. João Batista emite, aos 11 de março de 1883, juntamente com seus companheiros, os votos religiosos canônicos passando ele a chamar-se a partir de então, Padre Francisco Maria da Cruz Jordan.

IRMÃS DO DIVINO SALVADOR: a baronesa Teresa von Wüllenweber encontra, no projeto de Pe. Jordan, a resposta às suas constantes buscas e ardor apostólico-missionário. Partindo da experiência de Deus, convictos de que este mesmo Deus está presente neles, no povo e na história, chamam à vida a Congregação das Irmãs do Divino Salvador, como parte integrante da Sociedade, obra profética e desafiadora, que busca salvar, a partir do ser profundo do homem, na dimensão da fé e do amor que salva.

Na cidade de Tivoli-Itália, aos 8 de dezembro de 1888, fundam a Congre-

gação das Irmãs do Divino Salvador (salvatorianas). A baronesa Teresa, a partir desse momento, passa a chamar-se então Irmã Maria dos Apóstolos, tornando-se também, mais tarde, a primeira Superiora Geral da nova Congregação.

3. MISSÃO E ESPIRITUALIDADE

EIXO CENTRAL: o eixo central da missão e espiritualidade salvatoriana é Cristo Salvador. Ele é consagrado e enviado (Cristo) para ser Salvador (Jesus). Ele é fonte e inspiração de toda a nossa vida salvatoriana. Libertou-se de todas as amarras para ser totalmente e fazer acontecer sua missão de Salvador. Por isso fez-se pobre, obediente e casto, vivendo em comunidade com os Apóstolos. E, para encontrar a força de ser fiel até o fim, manteve-se em constante união com o Pai, passando, inclusive, noites em oração. Nesta união com o Pai buscava força para uma doação sem reservas, à libertação e salvação das pessoas.

Inspirados no modelo Cristo Salvador, comprometemo-nos a uma vida pobre, obediente e casta, vivida em comunidade, a serviço da missão salvatoriana na Igreja, procurando um sadio equilíbrio entre contemplação e ação.

ENFOQUE BÁSICO: Toda vida e missão de Jesus Cristo está centrada na vontade do Pai. Tudo nele revela o amor do Pai. "Eu estou no Pai e o Pai em mim" (Jo 14,11). Assim, inspirando-nos um Cristo Salvador, o enfoque básico de nossa missão e espiritualidade é revelar ao mundo o amor de Deus Salvador.

Somos pessoas marcadas pela sede do absoluto de Deus; impulsionados

pelo Espírito Santo, e chamados a proclamar, na globalidade do nosso ser, a revelação ou seja "a glória de Deus uno a trino" (Regra de Vida de 1886). Nosso Fundador, Pe. Jordan, insiste: "Contempla tudo à luz da fé. Todo o teu pensar e agir seja motivado neste sentido" (Diário Espiritual).

ANÚNCIO DO SALVADOR: A SALVAÇÃO: A meta final da prática do Salvador é a salvação ou libertação da pessoa humana de todas as amarras e formas de escravidão. No centro de seus esforços está a vida eterna, que já começa aqui e agora, se estende pela eternidade afora. E "a vida eterna é esta: que te conheçam a Ti, o Deus único e verdadeiro, e aquele que enviaste, Jesus Cristo" (Jo 17,3).

Com toda a Igreja, empenhamo-nos para que o Salvador e sua mensagem salvífica sejam conhecidos por todos, para que, encarnando-a, possam ter a vida eterna.

Eis porque nosso Fundador insiste tanto na disponibilidade, no zelo apostólico e no amor que salva, conforme a admoestação de São Paulo à comunidade de Corinto (I Cor 13).

SEGUIMENTO DE CRISTO SALVADOR E DOS APÓSTOLOS: a prática salvadora e libertadora de Jesus caracteriza-se pela metodologia do discipulado. Ele não quis agir sozinho. Reuniu-se em torno de si e preparou discípulos e apóstolos para ajudá-lo e dar continuidade à sua missão de salvador.

Os Apóstolos, por sua vez, adotaram a mesma metodologia do Mestre. Cristo Salvador é-lhes para todo o sempre, modelo e método. Ele é o Guia, o Mestre e o Pastor, ou seja, Caminho, Verdade e Vida.

Seguindo o Modelo Cristo Salvador, a exemplo dos Apóstolos, adotamos, no anúncio do Salvador e da Salvação, a metodologia do discipulado. Sem negligenciar o atendimento das massas, damos atenção especial à formação e ao envolvimento de apóstolos leigos, e em nossa missão.

AMOR UNIVERSAL: Uma das atitudes mais marcantes do Salvador, no desempenho de sua missão salvífica, é sua admirável abertura para com a pessoa humana. Em suas programações, a pessoa humana ocupa sempre o centro de suas atenções, de modo que tudo o mais se torna relativo. O importante para Ele, é que o Pai seja glorificado na salvação do homem. Tudo o mais, nacionalidade, raça, condições sociais e atividades apostólicas são colocadas em segundo plano.

Inspirando-nos no modelo Cristo Salvador, abraçamos este amor universal do Cristo que procura envolver e salvar a todos, sem distinção de nacionalidade, classe social e atividade apostólica. A exemplo dele fazemos uso de todos os modos e meios que a caridade de Cristo, que quer salvar a todos, nos inspira.

Na medida em que a revelação do Pai e a salvação da pessoa humana constituem o centro de nossas aspirações, relativizando tudo o mais, desenvolvemos em nós a empatia pela pessoa, a simplicidade de vida e uma grande abertura ao amor de Cristo que salva. Isto requer, necessariamente a ascese da Cruz, conforme nos recorda sabidamente nosso Fundador: "As grandes obras só florescem à sombra da cruz".

4. REALIDADE BRASILEIRA

Temos consciência de que nossa missão salvatoriana, inspirando-se no amor do Cristo que salva, está centrada na pessoa que necessita de salvação e libertação. Por isso, em nosso contexto de Brasil e de América Latina, o amor universal do Cristo que salva, leva a marca da opção preferencial não excludente, pelos pobres e pelos empobrecidos. Entre os espiritual e materialmente pobres encontram-se também, conforme opção de Puebla, os jovens.

PRESENÇA SALVATORIANA NO BRASIL: A serviço desta missão, à luz da opção preferencial da Igreja Latino-Americana, marcamos presença na vida de nosso povo, desenvolvendo nossas atividades apostólicas nos seguintes estados brasileiros: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Ceará.

Ainda que nosso carisma não nos imponha limites no tocante às atividades apostólicas, no Brasil, no momento, desenvolvemos, entre outras, as seguintes: Educação: escola formal e popular — obras sociais e de Promoção humana. Saúde: hospitalar e Comunitária. Pastoral Paroquial e Missionária.

Esta é, em síntese, nossa caminhada histórica e nossa missão que acabamos de partilhar com vocês, por ocasião da celebração do 1º Centenário de Fundação de nossa Congregação.

Louvando e agradecendo a Deus, Senhor de todos os dons, pedimos que Ele nos fortaleça no desempenho de nossa missão realizando o: "Ide por todo mundo, proclamai o Evangelho a toda criatura" (Mc 16,15).

Que Ele, o Salvador, derrame suas bênçãos sobre a Igreja no Mundo, mas particularmente no Brasil, de modo especial sobre os religiosos a serviço do povo em busca de uma vida mais humana e fraterna, segundo a própria pedagogia d'Aquele que disse: "(...) O que fizerdes ao menor de meus irmãos, a mim o tereis feito" (Mt 25,34-40).

Ir. Rozilde Maria Binotto, SDS

UMA SANTA DE NOSSOS DIAS

Em 1874, surgiu, na Igreja, uma Família Religiosa. O instrumento escolhido por Deus para que isso acontecesse, foi SAVINA PETRILLI. Savina era italiana, natural de Sena, que foi a cidade natal de Santa Catarina e São Bernardino.

Desde criança, Savina Intuiu, ou melhor, sentiu que Deus lhe reservara uma missão incomum a realizar. Ela era pobre, de cultura rudimentar, sem nenhuma projeção social. Mesmo assim, com apenas 21 anos de idade, guiada pelo Espírito do Senhor, com a aprovação da Igreja, fundou uma Congregação a que deu o nome de IRMÃS DOS POBRES DE SANTA CATARINA DE SENA. E como a obra não era sua, mas de Deus, expandiu-se e, hoje, vê-se espalhada em quase todos os Continentes. Aqui no Brasil estão as Irmãs dos Pobres radicadas preferencialmente no

Norte e Nordeste, com apenas 5 Casas no Sul do País.

Pessoa assim predestinada, dotada de grande força de vontade, com uma fé e confiança inabaláveis, amou a Deus nos irmãos, principalmente nos mais necessitados. E ela hoje continua viva através de suas filhas que, tendo recebido o seu mesmo carisma, fazem-se irmãs de todos os carentes, dos sofredores, dos infelizes.

Savina, fiel às graças recebidas de Deus, atingiu um alto grau de santidade. A Igreja, reconhecendo a heroicidade de suas virtudes, declarou-a "Venerável" em 16 de novembro de 1986.

E, agora, no próximo dia 24 de abril, o Papa João Paulo II vai beatificá-la solenemente na basílica de São Pedro, em Roma.

Fato singular e de tão grande importância não pôde deixar de fazer com que toda a Congregação exultasse de alegria. Por isso, de todas as partes afluirão Irmãs dos Pobres a fim de participar desse memorável evento.

Para realizar essa peregrinação, a maior dificuldade encontrada foi a financeira, a qual foi amenizada, graças à generosa oferta de familiares e pessoas amigas que se prontificaram a custear a maioria das passagens das Irmãs. Por tudo, Deus seja louvado!

Irmã Ione Vilar de Carvalho
Provincial

O sofrimento é parte inerente às contingências da natureza humana e não pode ter origem no desejo de Deus. Pode, também, ser um caminho de purificação em vista de uma vida que há de vir. "Os sofrimentos do tempo presente não tem proporção com a glória que deverá revelar-se em nós", Rom 8, 18 (Pe. Marcos de Lima, SDB).

JOSÉ DE ANCHIETA, O CATEQUISTA DO BRASIL

A empresa da catequese era assumida com tanto amor e zelo "que parece não cuidavam noutra coisa. Andavam em busca dos índios para os ajuntar e ensinar, por serras, campos e praias".

Padre Pedro Américo Maia, SJ

I — A catequese nos primórdios do Brasil

O mundo quinhentista regia-se, na sua visão, pela ótica do "orbis christianus", isto é, o mundo é de Deus cujo representante na terra é a Igreja Católica. Deus exigia que todos o reconhecessem, Papa e reis tinham por missão estender e sustentar a fé, fazer reinar a graça de Deus. A fé era a verdade, a adesão à verdade, isto é, a ordem instituída por Deus.

Não havia dualismo social: de um lado a sociedade civil e de outro a sociedade religiosa. A fé informava todos os efeitos humanos. Na base de tudo estava a crença firme de que o orbe era essencialmente cristão.

Junto aos índios, para quem foram expressamente mandados, os jesuítas desincumbiram El Rei deste seu ofício de pastor. Por isto eram também por ele sustentados,

da mesma forma que os capitães e outros funcionários reais desincumbiam-se de outros ofícios e por ele eram mantidos.

Os jesuítas aqui chegados eram "homens de sua sociedade", cumprindo com uma tarefa estabelecida por essa sociedade, segundo seus moldes. Eles não foram instauradores de uma nova ordem social, olhando-se do lado português, mas fundadores, junto aos índios, da mesma ordem social que os enviou.

A descoberta do Novo mundo forçaria a reprodução da mesma sociedade européia. O índio, elemento novo, poderia alterar sensivelmente o estilo da velha sociedade. A concepção de universo "um só Senhor, uma só fé, um só batismo" cortou pela raiz qualquer possibilidade de uma contribuição intercultural.

A mesma sociedade que explorava a produção de gente tão bruta e

selvagem, sentiu-se na obrigação de conformá-la com suas próprias crenças na interpretação da realidade. Os colonos suportaram que aos seus escravos fosse feita a catequese, embora lhes parecesse inútil e prejudicial. A instalação do regime de escravidão exprimia a predominância dos interesses mercantis sobre os interesses religiosos-catequéticos.

Por catequese é preciso entender toda a ação pastoral da Igreja: a doutrinação expressa, a prática devocional e o próprio comportamento dos cristãos. Vejamos a funcionalidade de uma ação, a catequese, dentro de um contexto, a colonização.

1 — Em princípio, a catequese pregava a mesma doutrina e o mesmo comportamento para índios e colonos (posteriormente também para os negros africanos). Na prática, reduzia o índio à condição de grupo inferiorizado dentro da sociedade portuguesa.

2 — A práxis catequética: a catequese dos jesuítas pautou-se pela preocupação da salvação. “O momento que vivemos é transitório mas grave em responsabilidade. É preciso decidir-se pelo bem ou pelo mal. A Igreja é o caminho do bem, fora dela não há salvação. Ou a glória ou o inferno. Era preciso ser cristão, deixar-se batizar, ingressar na Igreja dos portugueses, em sua sociedade. Alí estava a salvação. Fora dali, a condenação. O batismo abria as portas para esta sociedade. A pregação jesuítica salvava o índio do inferno, e salvava-o de sua situação inferior, introduzindo-o na sociedade portuguesa”.

O índio não tinha capacidade de distinguir entre atos religiosos dos missionários e atos coloniais dos capitães e colonizadores. A mensagem cristã captada era a de sujeição. O índio se domestica, começava a agir como cristão: deixa de comer carne humana, casa-se cristãmente, não faz guerra aos seus contrários, veste-se, fixa-se numa aldeia, deixa suas bebedeiras e desonestidades, rechaça seus pagés. “É cristão mais exemplar que o próprio português... o paraíso se enchia de almas brasílicas”.

Mas, os jesuítas perceberam também que só com a sujeição e aldeamento era possível fazer alguma coisa.

A catequização indígena se materializou na instituição da aldeia. Sem a aldeia, “a catequese seria uma quimera, os índios se purificariam de superstições... Era preciso modificar o seu sistema social e econômico” (Pe. Serafim Leite, S.J.).

A forma da catequização veio fundir através da aldeia criando um outro índio que “agora nada mais tinha de índio”, na expressão de Anchieta, e que tampouco tinha de português. O processo de desintegração sócio-cultural encontrou na aldeia o elemento catalizador por excelência, experimentando o índio na própria carne, a identificação da mensagem religiosa com sua sujeição e o despojamento de sua cultura.

Para tudo isso era importante corrigir os costumes, mais do que pregar a mensagem da salvação “não

tinha vindo para cá fazer os cristãos gentios, senão a acostumar os gentios a serem cristãos, o que não acontecerá se não se degolava pela raiz o velho homem com seus atos e se vestirem de novo, criado segundo Deus.”

4 — Deste jesuíta, o índio brasileiro não era interlocutor. Não falava, pois a religião foi entregue pronta e a prática dos mandamentos rigorosamente exigida, por meio da intimidação por conceitos doutrinários, pelo recurso à força, incluindo a sujeição. Não houve lugar para uma catequese adaptada à situação real do catequizado. Os índios tinham que observar os preceitos, e os portugueses agiam livremente. Os costumes portugueses eram bons e os costumes indígenas discordantes, eram maus. A mão do guerreiro achatava qualquer pretensão de espontaneidade e a mão do jesuíta derramava o bálsamo do conforto espiritual, justificando a força como caminho escolhido por Deus para a salvação.

5 — A religião querida pelo colonizador dominante era a religião querida para atender aos seus interesses maiores. Não havia necessidade de pureza de religião. Esta ficava como parâmetro a fim de manter o real. O real bastava para os fins da colonização. Esta posição era contestada pelo jesuíta.

A cristianização não era problema do índio. Este a assimilou como componente de todo o processo de colonização. Tivesse o português outra formação histórica, poderia ter colonizado sem cristianizar. E foi como português que era, que

urgiu a cristianização. Todo processo de imposição cultural ficou filtrado pela religião cristã, tal qual era vivida pela sociedade portuguesa e emendada pelos padres(1).

II — Anchieta (1534-1597)

Pelo zelo religioso, pela sensibilidade humana, Anchieta ficou na história da colônia como exemplo de vida espiritual particularmente heróica nas condições adversas em que se exerceu.

Os seus autos são definitivamente pastorais (no sentido eclesial da palavra), destinados à edificação do índio e do branco em certas cerimônias litúrgicas (Auto Representado na Festa de São Lourenço, na Vila de Vitória e na Visitação de Santa Isabel); o mesmo não ocorre com os seus poemas que valem em si mesmos, como estruturas literárias.

Em Anchieta o traço ascético, dominante nos Exercícios Espirituais do seu mestre Inácio de Loyola, não ocupa toda a área de seu pensamento; ao contrário, está subordinado a valores positivos de esperança e alegria. Pode-se dizer mesmo que o vetor afetivo de Anchieta é a consolação pelo amor divino(2).

Para Jorge de Lima

“Dizer que Anchieta viveu naqueles fins de mundo de 1560 sempre amparado pelo milagre, andando a pé sobre as ondas ou transportado pela ubiquidade, é dar menos valor ao santo que a qualquer piloto de aviação comercial.

A história deste jesuíta que no Brasil gastou mais de meio século construindo para sempre as bases do sentimento católico desta terra, cavou fundo como quem cava fundação de fortaleza.

É uma história de verdade para os homens de cima da terra. Porque mesmo toda a história tão enorme deste corcunda admirável se resume numa única palavra muito curta: ação, ação, ação. Com um resultado mais permanente e mais futuro: lição, lição, lição.

Nunca a gente viu ninguém neste mundo agir e ensinar mais do que aquele homem. Ensinou gramática e a música e ensinou também a obedecer. Ensinou a governadores, bispos e morubixabas. O fito era um só — combater o herege e implantar no país brasileiro a religião sem eivas de reformas.

Este homem tão ligado e interessado pela sorte da terra, brutalmente seviciado pela terra, até o contato de sua carne preservou dela. Nunca se importou com a má impressão que os outros tinham de sua figura alejada e desprezível: os olhos viam dentro um herege fácil — o espírito humano por cuja limpidez se deixaria pendurar também.

Outros povos receberam o cristianismo num nível, num plano de civilização, de preparo prévio que nos faltaram: Cristo veio nas caravelas para o Brasil. A humanidade d'Ele desceu à brabeza do indígena. Desceu até o indígena compreender. Os outros povos tinham muita coisa, muita coisa para a conversão, tinham o pecado. O índio nem o

pecado tinha. Os missionários que pregavam entre os chinas encontraram o amarelo forrado de Confúcio. Para Cristo é um passo.

Parece-me que outro caminho não havia a seguir. Era apossar-se primeiro daquela terra humana, daquele barro selvagem, lançar a cerca, ficar com o terreno devoluto. Depois, com o amanho pelos sacramentos, então se veria se a terra era fértil mesmo. E não há dúvida que as terras virgens pagaram foro e produziram lavouras para a Igreja de Deus.

Para a conquista recorriam a tudo, aplicavam mezinhas, lancetavam abscessos, pensavam feridas.

Ninguém tinha medo de fadigas.

Aquele mesmo Azpilcueta Navarro, primo de Anchieta e como este de origem biscainha, só oito anos durou aqui. Morreu de andar. Embrenhou-se no sertão baiano como um bandeirante de almas, percorrendo mais de duzentas léguas de deserto(3).

Os jesuítas vinham a Piratininga “consagrar-se à conversão do Brasil”, mas o que se firmou foi uma nova missão e o primeiro colégio dos jesuítas no Novo Mundo. Eis o que se instalou em Piratininga a 25 de janeiro de 1554. A coincidência do dia da chegada e da primeira Missa fez que se chamasse “Colégio de São Paulo”.

Sustentaria este colégio um jovem religioso de 20 anos incompletos, de notável talento, invejável memória, grande energia de vontade, único que possuía formação humanística

esmerada: José de Anchieta. Neste humilde colégio, Anchieta deu o que podia dar: os primores de sua inteligência, a generosidade de seu coração, o trabalho consciencioso e a presença indispensável. Deste colégio de São Paulo, nasceu como de semente, esta cidade.

Desde o dia da fundação até 1560, o colégio não foi senão Anchieta.

Em 1562 houve temeroso assalto contra a vila de São Paulo por parte dos Tupis: — “no dia 9 de julho investiu contra Piratininga a hoste numerosa dos contrários, pintados e empenachados, com enorme alarido”. No dia 10 de julho puseram-se em fuga e com tal rapidez “que não esperava o pai pelo filho, nem irmão pelo irmão”.

Desde 1563 a 1565, houve as peripécias trágicas de que Anchieta é o herói em meio aos índios Tamoiós. Ficou, neste impasse de exílio, como refém. Aí Anchieta transformou-se no contemplativo bardo de Iperuí, “passeando pela areia da praia” traduzia em maravilhosos versos latinos os puros afetos de seu coração filial. Estava em gestação o famoso Poema da Virgem, e Anchieta era o cantor da Imaculada.

Anchieta colaborou para a consolidação da cidade do Rio de Janeiro na ação portuguesa contra o invasor francês. De 1564 a 1565 esteve ausente de Piratininga.

Em 1566, Anchieta era ordenado sacerdote, na Bahia, e logo depois de sacerdote, de volta da Bahia, fica dois meses no Rio, de novo colaborando arduamente com os

portugueses na luta contra o francês invasor.

Em 1570, Nóbrega falecia. Antes de deixar esta vida, não se esqueceu, ao menos por carta, de despedir-se de Anchieta.

Em 1576, Anchieta seria feito Provincial do Brasil, cargo que ocuparia de 1577 a 1588. Depois, de novo, intensamente missionário, para se fixar no Espírito Santo, “seu novo torrão adotivo”...

Sentindo aproximar-se da morte, fez-se transportar em canoa para Reritiba, onde viveu ainda 3 semanas acamado, falecendo aí no dia 9 de junho de 1597.

III — O catequista

Desde os inícios os missionários jesuítas no Brasil procuraram pregar nas línguas dos índios, primeiro por intérpretes, mas logo depois aprendendo a língua do índio. No mesmo ano da chegada ao Brasil, em 1549, Nóbrega e Azpilcueta Navarro traduziram ou fizeram traduzir em Tupi algumas orações e verdades essenciais da fé cristã para facilitar o catecismo aos índios.

Em cada capitania assinavam-se os respectivos iniciadores da catequese indígena. Na Bahia, o Pe. Azpilcueta Navarro, em 1550, evangelizava 6 ou 7 aldeias. Vicente Rodrigues conta como se faziam estas missões: “Ensinamos-lhes a doutrina cristã na própria língua deles eu e alguns Irmãos da terra que trouxe comigo e costumamos chamá-los à doutrina por um destes moços que vai apregoando pelos caminhos com

muita devoção e fervor... e assim se ajuntam em casa do Principal e aí lhes ensinamos a doutrina cristã explicando alguns passos da vida de Cristo e algumas vezes tanto se interessam pelas coisas do Senhor que nem eu nem os outros Irmãos lhes fomos bastante para satisfazer seus desejos; findo o que voltam para casa e rezam a doutrina cristã e benzem-se fazendo o sinal da Cruz" (SL II, 29).

Desde os inícios quase todos os missionários jesuítas tinham copiado ou elaborado seu próprio texto para a catequese dos índios. Com a supressão da Companhia de Jesus e subsequente abandono e pilhagem das bibliotecas dos colégios e residências, a imensa maioria desse tesouro desapareceu. Alguns manuscritos são conhecidos apenas por referências em cartas, outros foram conservados em algum arquivo europeu, uns poucos foram publicados(4).

A empresa da catequese era assumida com tanto amor e zelo "que parece não cuidavam noutra coisa. Andavam em busca dos índios para os ajuntar e ensinar, por serras, campos e praias. Levaram à casa os filhos deles pequenos para que aprendendo a língua geral, depois lhes servissem de intérpretes. Venceram muitas dificuldades, sofreram muitas contradições nesta santa obra e por dizerem que trabalhavam em vão, por ser gente que anda sempre inquieta, nem se ajunta em aldeias. Mas a tudo resistiram, prosseguindo seu intento."

Para esse ministério divino, cooperaram com Deus na salvação das

almas, apenas chegado ao Novo Mundo, Anchieta deu-se com todo empenho a aprender a língua brasílica. Nessa língua compôs o "Diálogo das Coisas da Fé", "O Catecismo na Língua Brasílica" (publicado mais tarde em 1618).

O quadro da vida nas aldeias regidas pelos jesuítas, pode-se, perceber pela descrição da vida nas aldeias da Capitania de Espírito Santo que durante vinte anos seguidos receberam o influxo do Pe. José (vejamos, por exemplo, o Capítulo IX, do livro 2.º da Vida do Pe. José de Anchieta, redigida entre 1605 e 1607 pelo Pe. Pero Rodrigues):

"Recolhamos dessas páginas, no momento, somente o que diz mais de perto com a vida eucarística das populações indígenas:

"Todos os dias, em amanhecendo, se tange às Ave-Marias de pela manhã, e daí a pouco à missa, a qual acabada se lhes ensina a doutrina em sua língua (...). A doutrina, que a todos se ensina, são as orações e parte do Diálogo, o que toca à declaração dos artigos de fé. Após isso se recolhem os meninos para a escola, cada um em sua estância, uns a ler, outros a cantar cantochão ou canto de órgão, outros a tanger flauta ou charamela, para oficiarem as missas em dias de festas e solenizarem as procissões, na aldeia e na cidade. Às cinco horas da tarde, se torna a tanger o sino à doutrina, com parte do Diálogo, que contém a declaração dos sacramentos."

E depois de nos dar uma idéia da ocupação dos missionários, coti-

dianamente instruindo, batizando, preparando os neófitos para o sacramento do matrimônio, curando os enfermos, assistindo aos moribundos, enterrando os mortos, aconselhando a estes, guiando e defendendo a todos, acrescenta:

“E sobretudo — o que dá mais matéria de admiração e louvor a Deus —, escolhem os padres alguns de melhor vida e mais capacidade e, com práticas espirituais, pouco a pouco os vão dispondo para receberem dignamente o Santíssimo Sacramento da Eucaristia, assim homens como mulheres. O que eles continuam algumas festas do ano, quando o confessor julga que convém. A véspera do dia em que hão de comungar está a aldeia mui quieta, tratando cada um como se há de aparelhar para a confissão. E no dia comungam todos juntos, com sinais de devoção, e no restante do dia gastam em virem visitar a igreja muitas vezes, rezando de joelhos um pouco, e outro pouco assentados, sem tratarem aquele dia de outro negócio algum”(5).

Já o Pe. Fernão Cardim, depois de ter ouvido Anchieta, escrevia em 1583:

“Se era pouca a natural capacidade dos indígenas, ainda os mais “políticos”, contudo para sua salvação têm juízo bastante; e não são tão boçais, como lá (na Europa) se imagina.”

Seus costumes depravados (cannibalismo, embriaguez, poligamia, etc.) “deixam-nos com facilidade”. “E ficam muito sujeitos a nossos padres, como se fossem religiosos e

lhes têm amor e respeito, e não movem pé sem eles. Compreendem muito bem a doutrina cristã e os mistérios de nossa fé, o catecismo e aparelho para a confissão e comunhão. E sabem estas coisas tão bem ou melhor que muitos portugueses(6).

IV — Avaliação da catequese dos jesuítas no Brasil (de 1549-1568)

Os índios no Brasil achavam-se desprovidos dos benefícios da Civilização e da cultura. Eram menos civilizados, estariam então numa situação menos favorável para receber o dom da fé.

Para os missionários, suas primeiras funções seriam criar condições externas que facilitassem uma verdadeira conversão interna. Nóbrega logo chegou a duas conclusões:

1 — Os missionários tinham que ser mais santos, mais cheios do divino amor pois a conversão era sempre uma obra da graça.

2 — Os missionários tinham que expender muito mais tempo e energia para preparar os índios para a fé, educando-os ou melhor reeducando-os dentro de um ambiente cristão.

Este profundo repensar da missão brasileira estimulado entre outras coisas pelo desânimo dos missionários, na ausência de resultados visíveis, não se destinava a permanecer pura teoria. Daí para frente a ênfase maior seria para a aldeia cristã na qual crianças e adultos aprendiam existencialmente o que o Evangelho significava para suas vidas(7).

Os índios, então, que desejassem ser cristãos, eram agrupados numa aldeia separada, onde seguiam um tipo de catecumenato.

Sem dúvida, o principal objetivo que os missionários tinham em mente era facilitar o trabalho da evangelização. Outros fatores como os culturais, econômicos e até mesmo militares não eram excluídos mas eram secundários.

Tais aldeias não eram oásis de sossego. O padre Nóbrega veementemente reclamava a Tomé de Sousa: "Que direi das tiranias, agressões e agravos que se fazem aos índios... A sujeição dos gentios não é para se salvarem, conhecerem a Cristo, viverem em justiça e razão, mas para serem roubados de suas roças, de seus filhos, filhas e mulheres" (15-59, MB, III, 80).

E foi a cobiça do colonizador, a sua fome de mão-de-obra que arruinaram as aldeias jesuítas.

Apesar de tudo, é impossível desconhecer que as aldeias tiveram papel notável para a "indigenização" dos europeus, e para o "apor- tuguêsamento" dos índios.

Mas, nelas qual seria a preparação prévia que os jesuítas esperavam dos índios para serem batizados?

Este trabalho era um esforço para ganhar a confiança de seus ouvintes índios, para assim melhor dispô-los para a mensagem cristã.

Então, garantida a "abertura", Anchieta procurava mais diretamente uma abordagem mais positiva ("kerigmática")... Só depois adota-

ria Anchieta um tom mais negativo ou condenatório (que hoje poderíamos chamar de profético), arriscando sua vida neste processo.

A pregação preparatória, cujo objetivo era captar a benevolência dos ouvintes, centrava-se nos valores humanos, caros ao coração dos índios: promessa de cura, abundância de bens, vitória nas batalhas, etc. (era "a bênção de Abraão").

O segundo estágio focalizava a figura de Jesus Cristo; o estágio final era um apelo a uma radical conversão de vida, com uma rejeição explícita dos costumes pagãos.

Não é muito difícil perceber como seria duro para os jesuítas adaptarem sua mensagem às particularidades concretas de seus ouvintes: "Se aí não houver grande fogo de caridade, como seria possível acenderem-se os corações dos gentios... o fogo do Espírito Santo já se ateou para toda Europa, Ásia, Palestina, Grécia... somente para estas partes esquecidas por Nosso Senhor Jesus Cristo, nunca se acendeu, nem se conheceu tal fogo" (Nóbrega, 1552, MB, I, 329).

O primeiro catecismo em Tupi foi fruto de um trabalho de equipe, de todos os primeiros jesuítas do Brasil, esforço de uma equipe e também fruto de uma espiritualidade inaciana que a animava. É admirável perceber também a habilidade, com que Anchieta, adivinhando as possibilidades do Teatro na obra da catequese, soube orientá-lo segundo diretrizes de uma psicologia universal, transformando-o em instrumento pedagógico da Companhia.

Impossível não mencionar a importância dada pelos jesuítas aos elementos da Liturgia como instrumento da catequese.

Quanto ao aspecto vital do problema da conversão: alguns jesuítas, nos primeiros anos da catequese, julgavam que uma conversão genuína era uma impossibilidade para os índios adultos. Possibilidade mais precisa para as crianças nativas. Nóbrega, no entanto, defendia a tese de que a verdadeira conversão estava dentro das possibilidades dos índios, quer jovens ou adultos.

William T. Reinhard, OMI, no final de sua tese de 519 páginas, tenta uma avaliação sistemática do desempenho catequético dos primeiros jesuítas no Brasil. Em geral, diz o autor, "é nossa convicção que os primeiros jesuítas enviados ao Novo mundo estavam pobremente equipados para sua tremenda missão. Conseqüência de sua fraca formação teológica faltava-lhes compreensão profunda da natureza das exigências de sua vocação missionária. Os missionários jesuítas aparentemente não atinavam em compreender a dimensão profética do ato salvador. De modo algum queremos afirmar que os jesuítas tivessem sido infiéis à sua missão. Foram zelosos em pregar o Evangelho. Os esforços dos jesuítas para evangelizar os Tupinambás do Brasil constituem uma das páginas mais candentes dos Anais da História missionária do século XVI."

"Sua grande preocupação consistia em estender a Cristandade nesses continentes recém-descobertos. Mas a Igreja e seu vital trabalho de evan-

gelização ficaram demais ligados ao Estado e à Colonização que este Estado promovia."

"Os jesuítas queriam erguer uma obra institucional dentro da qual assegurariam uma prática religiosa regular aos neo-convertidos. Talvez enfatizassem demais as estruturas externas. Assim a Igreja, o grande sinal da salvação, nunca foi verdadeiramente compreensível para os índios, porque esta lhes parecia ser algo muito europeu, importado, fixando-se à superfície do Brasil.

Assim também os jesuítas não conseguiram penetrar na mentalidade dos índios. Esses, por sua vez, não atinavam com a novidade da mensagem cristã.

Os padres estavam desequipados para referendar os mitos e costumes dos índios aos planos da salvação de Deus. Os jesuítas não compreenderam profundamente as exigências da encarnação de sua vocação missionária.

Também falharam em perceber a dimensão profética. Na sua catequese e pregação tendiam em isolar doutrinas umas das outras e apresentar o mistério vivo de Deus como algo acontecido no passado, mais do que um desafio presente exigindo obediência total na fé-conversão.

Falavam "das coisas da fé", ensinavam os mistérios ou dogmas numa linguagem por demais abstrata e impuseram ao índio um código de moralidade importado, muito antes do índio ter capacidade de entender porque obedecer a este código. Os jesuítas exigiram do índio total

ruptura com sua herança cultural através de atos de liberdade diminuída, isto é, submissão ao prestígio do superior, à força, à pressão.

Evidente que quando da primeira evangelização do Brasil pelos jesuítas, eles esbarravam com o contexto de seu tempo, realidade difícil de ser por nós percebida. É claro ser impossível esquecer as qualidades pessoais de missionários como Nóbrega, Luís de Grã, Anchieta, homens que provavelmente nunca mais se verão iguais a eles na missão

do Brasil. Apesar de todos os limites e todas as críticas, "as aldeias de catecúmenos" que eles arquitetaram constituem provavelmente a colaboração mais original da missão jesuítica no Brasil.

Semelhante tipo de aldeia foi usado nas missões da América do Sul, da África, até mesmo nos nossos dias, e as famosas "Reduções" do Paraguai descendem diretamente de tais aldeias" (o.c.p. 441-517).

NOTAS

(1) Cf. José Maria de Paiva "Colonização e Catequese (1549-1600). Coleção Educação Contemporânea, São Paulo, Cortez Editora, 1982, 108 ps. Ver especialmente ps. 50-92. (2) Cf. Alfredo Bosi, História Concisa da Literatura Brasileira, São Paulo, Editora Cultrix, 3ª edição, 1987, ps. 22-27. (3) Cf. Jorge de Lima, Anchieta, in Poesias Completas, vol. IV, Rio de Janeiro, Cia. José Aguilar Editora, 1974, 203 ps. ver ps. 105-67. (Especialmente, ps. 121-217). (4) Cf. João Evangelista Martins Terra, S.J., Cateque-

se e Cultura. Inculturação. Índio e Escravos. São Paulo, Edições Loyola, 1982, 54 ps. (ver pg. 32). (5) Cf. Hélio Abranches Viotti, S.J., Anchieta, o Apóstolo do Brasil. São Paulo, Edições Loyola, 2ª edição, 1980, 340 ps. Ver ps. 232-234). (6) Idem, p. 253. (7) Reportamo-nos à tese de William T. Reinhard, OMI, The Evangelization of Brazil under the Jesuits (1549-1568): an Evaluation. Apud Pontificia Universitas Gregoriana, Roma, 1969, mimeo, 519 p. (Ver principalmente, ps. 147-149; 441-517). □

A última palavra de Deus

Bíblia — "O Senhor, Deus de seus pais, lhes mandava continuamente mensageiros, pois *tinha pena de seu povo*", 2 Cr 36, 15. "Deus, *rico em misericórdia...*", Ef 2, 4.

Leitor — Deus castiga mas não abandona. Não castiga para destruir mas para renovar. Deus humilha mas não esquece ninguém no sofrimento. Deus é fiel e educa sua criatura para a fidelidade. A última palavra de Deus é sempre a misericórdia e o perdão (Pe. Marcos de Lima, SDB).

A IGREJA E A ESCRAVIDÃO NO BRASIL

Com a Campanha da Fraternidade de 1988, a Igreja se penitencia por ter participado do crime da escravidão, legitimando-a e dela se beneficiando. Pela confissão de hoje, liberta-se do seu pecado.

D. José Maria Pires
João Pessoa, PB

1. Situando o problema

Não me parece fácil tratar esse tema, com imparcialidade. Ou tomamos uma postura apologética e procuramos a todo custo “limpar a cara” da Igreja Católica, ou assumimos uma atitude de condenação radical contra a Instituição Eclesiástica. Exemplo de postura apologética é o Texto-base produzido pela Arquidiocese do Rio de Janeiro para a Campanha da Fraternidade deste ano. Seus autores “leram” a história a partir do lugar social do colonizador para com o qual se mostram compreensivos e benevolentes. E como a Igreja estava aliada ao colonizador e se fazia presente mais na Casa Grande do que na Senzala, é natural que o texto do Rio absolva a Igreja de qualquer culpa com relação à escravidão. Creio que nenhum negro poderá ler esse texto sem experimentar uma profunda tristeza pelo

menosprezo para com nossa cultura e pela insensibilidade com que foi tratada a dor de nossos antepassados. “A escravidão — afirma o referido texto — criava uma relação entre o povo dominador e o escravizado. Quando eram povos de igual padrão cultural esta relação levava não raro a uma integração... Se porém o povo escravizado era de padrão cultural inferior ao do dominador, passavam a constituir um grupo marginalizado, oprimido, que aos poucos perdia sua identidade cultural ou, fechados em si mesmos, permaneciam relegados a uma posição inferior na vida social... Foi este o fenômeno que ocorreu com os índios e os negros na América colonizada por portugueses...” (Texto-base do Rio n.º 17). Os gemidos do povo negro reduzido à escravidão não repercutem naquele texto como repercutiram na alma do Profeta Jeremias os lamentos do povo hebreu vivendo

experiência de cativo semelhante à nossa: "Vós todos que passais pelo caminho, olhai e vede se existe dor semelhante à minha dor" (Lam. 1,12).

Em extremo oposto se coloca quem só enxerga na Igreja má vontade para com os negros e a considera a grande responsável pela manutenção do sistema escravocrata por tantos séculos. Creio não estar longe da verdade se afirmar que a maioria dos negros que tiveram oportunidade de estudar, comungam, uns mais outros menos, desse ponto-de-vista e, por isso, se mostram anti-clericais ou, pelo menos, magoados com a Igreja. Foi o caso daquele grupo negro que me mandou uma longa carta antes da realização da Conferência Episcopal Latino-Americana de Puebla. Convencidos de que eu seria um dos Delegados do Episcopado Brasileiro à III C.E.L.A.M., me mandaram por escrito suas "reivindicações". Após uma série de considerações históricas sobre a escravidão no Brasil e o comportamento da Igreja, eles concluía: "O senhor como negro é nosso irmão; *como bispo é nosso adversário*".

De minha parte, não vejo por que separar minha negritude de minha fé. Ambas me vieram como legado de meus antepassados. Da fé tomei consciência mais cedo porque o ambiente familiar e o contexto paroquial eram extremamente favoráveis. A aceitação da negritude como um valor passou ou vem passando por um processo lento e, por vezes, doloroso porque exige a superação de pré-conceitos que se foram enraizando durante séculos. Desde a mais

tenra infância "aprendi" que negro é inferior e que a religião dos negros é superstição. Hoje tento "reler" a história, a minha história principalmente, com duplo amor: à minha raça e à minha Igreja. Como negro não posso deixar de sofrer com a indiferença que minha Igreja demonstrou diante da humilhação de nosso longo cativo. Como cristão, busco encontrar no contexto sócio-econômico dos séculos XV e XIX a explicação para tamanha insensibilidade. Com Joaquim Nabuco, se pode afirmar que "a abolição teria sido obra de outro alcance moral se tivesse sido feita do altar, pregada do púlpito, prosseguida de geração em geração pelo clero e pelos educadores da consciência. Infelizmente o espírito revolucionário teve que executar em poucos anos uma tarefa que havia sido desprezada durante um século... O movimento contra a escravidão no Brasil foi um movimento de caráter humanitário-social antes que religioso" (Minha Formação, pg. 209, Livr. José Olympio 1957).

2. Contexto sócio-econômico do tempo do Brasil-Colônia

"Sem negros não há Pernambuco. Sem Angola não há negros". Nesta síntese impressionante, o Pe. Antônio Vieira tenta justificar o comportamento pragmático dos colonizadores frente à escravidão africana. Nem a Igreja conseguiu fugir à "lógica" desse raciocínio. Nem ela se recusou a legitimar essa "moral de situação". Não se tratava de aprovar ou de condenar a escravidão. O que estava em jogo era a decisão de permanecer no Brasil ou

retornar a Portugal. Quem optasse pela permanência, teria que aceitar a escravidão. Recusar aceitar o regime do trabalho escravo significava não ter como subsistir. Não ocorreu a Vieira nem a antecessores dele na Missão, como Manoel da Nóbrega ou o Beato José de Anchieta, não lhes ocorreu a possibilidade de tentarem sobreviver com o suor do próprio trabalho e organizar os colégios não a partir do modelo europeu mas da vivência comunitária dos indígenas cuja cultura conhecia o mutirão ou "potirão" que eles ensinaram aos colonizadores. Não se pensou em adotar como alternativa a experiência de trabalho e de organização da produção que os negros revelaram nos quilombos. Vindos como colonizadores ou como evangelizadores nem de longe poderiam os portugueses admitir que "os selvagens" (os indígenas) ou "os boçais" (os negros) tivessem algum conhecimento que pudesse equiparar-se — e muito menos sobrepujar — ao que traziam da Europa. Eles vieram para conquistar e civilizar; vieram para evangelizar, converter e *reduzir* à fé. Uma cultura devia substituir a outra que era "inferior", uma religião devia tomar o lugar das outras que eram todas "obra do demônio". Não havia nada a aproveitar: a barbárie devia ser destruída para que a civilização ocupasse o lugar. A superstição e a idolatria deviam ser expulsas para tornar possível a salvação em Cristo. Colonização e evangelização andavam tão unidas quanto Igreja e Reino. Disso ninguém duvidava. O que certamente muitos não percebiam era

que a colonização tinha como objetivo precípua carrear riquezas para o Reino de Portugal. A nova terra era uma mina inesgotável e um paraíso de possibilidades produtivas. Isto exigia grandes investimentos em mão-de-obra. Onde encontrá-la? Recorreu-se primeiro ao nativo.

Mas era difícil mantê-lo no cativeiro a ele, grande conhecedor da terra e de seus segredos, a ele habituado à liberdade e impregnado de uma cultura em que predominava não o interesse pelo lucro e pela acumulação mas a partilha. Junte-se a isso a resistência que opunham os missionários ao trabalho escravo dos indígenas. É verdade que "os Aldeamentos" favoreciam indiretamente a captura dos indígenas. Reunidos e indefesos, eles eram presa mais fácil dos conquistadores do que quando soltos e espalhados na floresta mas organizados em tribos. Conscientemente, porém, os missionários nunca aprovaram nem apoiaram a redução dos aborígenes ao cativeiro. Como então trabalhar a terra e fazê-la produzir não apenas o que se consome mas principalmente os artigos de exportação de que Portugal necessitava tanto para seu abastecimento como para aumentar suas riquezas? O tráfico negreiro aparece como a grande solução. Forma-se rapidamente o triângulo comercial: Portugal transporta armas e manufaturados para a África; incentivam-se as guerras entre as tribos africanas e se lhes fornecem armas; as tribos vencedoras reduzem à escravidão os vencidos; os comerciantes compram os que foram escravizados na guerra e os embarcam nos navios negreiros

que os transportam em seus porões como mercadoria de África para a América, principalmente para o Brasil. No Brasil, eles fazem a terra produzir. Aqui, "em se plantando dá". Os mesmos navios completam o triângulo levando para Portugal e a Europa a madeira, a produção agrícola, peles de animais, pedras preciosas. Portugal atinge o apogeu de seu esplendor econômico. A razão da escravidão era, portanto, de natureza econômica. Os escravos eram, naquela época, o único meio de produção capaz de atender às ambições materiais dos conquistadores.

3. O papel da Igreja

Era imprescindível o apoio da Igreja ou pelo menos sua tolerância para que o triângulo comercial funcionasse. Se a Igreja se opusesse, tornar-se-ia difícil manter a escravatura dos negros como foi difícil realizá-la com os índios. Para conseguir o aval das Autoridades eclesiásticas, não convinha apresentar o motivo real da escravidão; era necessário encontrar outras razões que permitissem à Igreja Universal e aos missionários do Brasil entender que o trabalho escravo dos negros era aceitável mesmo por aqueles que não admitiam a escravidão dos índios. Eis as razões: Os índigenas nunca tinham sido escravos; os negros já vieram reduzidos ao cativeiro, foram feitos escravos na guerra e foram vendidos como escravos pelos seus vencedores. Os índios estavam na própria terra; os negros vieram de outro continente. Os índios estavam sendo catequizados aqui; os negros, que já haviam

perdido a liberdade em suas terras de origem, aqui iriam ficar livres da escravidão do demônio. Por incrível que pareça, essa linguagem é aceita e utilizada comumente pelos missionários da época.

Nestes termos, a escravidão torna-se justificável mesmo para alguns Papas. Leiamos um trecho do Breve dirigido pelo Papa Nicolau V ao rei Afonso de Portugal: "... Nós lhe outorgamos pelos presentes documentos, com Nossa Autoridade Apostólica, plena e livre permissão de invadir, capturar e subjugar os sarracenos e pagãos e qualquer outro incrédulo ou inimigo de Cristo, onde quer que seja, como também seus reino, ducados, condados, principados e outras propriedades... e *reduzir essas pessoas à escravidão perpétua*" (Breve Dum Diversitas de 16.06.1452 e Breve Romanus Pontifex de 09.01.1454). Calisto III (1456), Sixto IV (1481) e Leão X (1514) confirmam esses poderes que são estendidos aos reis de Espanha. Estes os promulgam, regulamentam e fazem executar. É verdade que outros Documentos Pontifícios vieram, pouco depois, revogar tais determinações. Entre eles está a Bula *SUBLIMIS DEUS* do Papa Paulo III (02.06.1537) que qualifica de diabólica a prática da escravidão e condena a atitude daqueles que "... presumem afirmar a cada passo que os índios das partes ocidentais e meridionais e as mais gentes, que nestes tempos têm chegado à nossa notícia, hão de ser tratados e reduzidos a nosso serviço como animais brutos... os põem em dura servidão e os afligem e oprimem tanto que ainda a servidão em que

têm suas bestas, apenas é tão grande como a que aflige a esta gente... Nós, com Autoridade Apostólica e pelo teor das presentes, determinamos e declaramos que os ditos índios e todas as mais gentes, que daqui em diante vierem à notícia dos cristãos, ainda que estejam fora da Fé de Cristo, não estão privados, nem devem sê-lo, de sua liberdade nem do domínio de seus bens e que não devem ser reduzidos à servidão". Também Urbano VIII (Breve *Commissum Nobis* de 22.04.1693), Bento XIV (Bula *Immensa Pastorum*, 1741) dirigida aos Bispos do Brasil e das outras possessões portuguesas, Gregório XVI (Bula *In Supremis*, de 03.11.1839) condenaram a escravidão e exortaram os cristãos "para que se abstenham do desumano tráfico dos negros ou de quaisquer outros homens que sejam".

Apesar de vozes tão autorizadas, a prática escravagista permaneceu. Dir-se-ia que os homens, tanto da Igreja como do Governo Civil, continuavam sintonizando no registro de Nicolau V e de seus sucessores imediatos que legitimaram a escravidão. A Bula de Paulo III, com a vigorosa condenação dos escravocratas, não chegou a ser promulgada porque o Imperador Carlos V não o permitiu. O Breve de Urbano VIII foi promulgado mas depois abandonado assim como outros documentos dos Papas contrários à escravidão dos negros. Faltou-lhes respaldo político e se tornaram como palavras ao vento. O tráfico negreiro prosseguiu normalmente sendo feito pelo cristão com a aprovação dos Governantes e sob o olhar

complacente da Igreja. Bispos e padres continuaram julgando correto possuir, comprar e vender escravos. Em 14 de setembro de 1551 o Pe. Manoel da Nóbrega escrevia ao rei Dom João III: "E mande dar alguns escravos de Guiné à casa para fazerem mantimentos porque a terra é tão fértil que facilmente se manterão e vestirão muitos meninos se tiverem alguns escravos que façam roças de mantimentos e algodoads" (*Monumenta Brasiliae* I, 293).

Eram muitos os Conventos que possuíam elevado número de escravos negros. A fazenda Santa Cruz, perto do Rio de Janeiro, pertencente aos Jesuítas, chegou a ter mais de 1.200 escravos (Serafim Leite, VI, 59). Missionários como o Beato José de Anchieta chegaram mesmo a concordar com castigos físicos infligidos aos negros cativos. "Os jesuítas tiveram até necessidade — segundo os imperativos inerentes à escravidão — de prender escravos em ferros. O Padre Geral Francisco de Borja tinha proibido este abuso, mas a Consulta Provincial, reunida na Bahia em 1579 e presidida pelo próprio Anchieta cujo espírito humanitário é universalmente conhecido, pediu que se retirasse esta proibição" (Serafim Leite II, 81-82, citado em *História da Igreja no Brasil*, tomo 2 da Coleção CEHILA, pg. 262).

No Brasil nada se fazia sem o braço escravo. O padre Antonio Vieira julga-se cheio de razões para opor-se ao pedido feito ao rei por um missionário italiano. O missionário pediu um capelão para atender o Quilombo dos Palmares. O rei es-

tava de acordo, mas Vieira se opôs alegando que “estes negros estão em estado permanente de rebelião”, caíram em “pecado mortal” de desobediência e estavam “excomungados” (Saraiva, A. J. citado em História da Igreja no Brasil, tomo 2, pg. 263 — col. CEHILA).

Percebe-se facilmente que tal comprometimento da Igreja com o sistema colonial tirou-lhe a possibilidade de dar um testemunho profético em favor dos negros como dera em favor dos indígenas. Nabuco o entendeu e expressou com bastante amargura: “... Grande número de padres possuem escravos sem que o celibato clerical o proíba. Esse contato ou antes contágio da escravidão deu à religião, entre nós, o caráter materialista que ela tem, destruiu-lhe a face ideal e tirou-lhe toda a possibilidade de desempenhar na vida social do país o papel de uma força consciente. Entre nós o movimento abolicionista nada deve, infelizmente, à Igreja... Nenhum padre jamais tentou impedir um leilão de escravos nem condenou o regime religioso das senzalas” (O Abolicionismo, 1.^a edição, 1883, pg. 177s).

Para consolação nossa, algumas vozes se levantaram, desde os tempos dos primeiros missionários, para protestar contra a escravidão dos negros. É bem verdade que foram logo abafadas, mas esse testemunho de coragem profética não pode ficar no esquecimento. Dois jesuítas, o Pe. Gonçalo Leite e o Pe. Miguel Garcia, ambos contemporâneos do Beato José de Anchieta, discordaram da escravidão. O primeiro afirma que “nenhum escravo da África ou do

Brasil é justamente cativo”. O outro escreve: “A multidão de escravos que tem a Companhia nesta Província, particularmente neste Colégio (Bahia), é coisa que de maneira nenhuma posso tragar” (Serafim Leite, II, pg. 228-229). Resultado: os dois religiosos foram mandados de volta a Portugal: o Pe. Gonçalo Leite porque era “inquieto” e o Pe. Miguel Garcia porque “mui afligido de escrúpulos”.

4. Transformações sócio-econômicas e o declínio da escravidão

Felizmente a sociedade não é estática. Ela se acha submetida a um processo de contínua mutação e de interação. Se tivesse vivido dois séculos mais tarde, Vieira não teria podido mais afirmar: “Sem negros não há Pernambuco e sem Angola não há negros”. O sistema escravagista começa a ver diminuído seu interesse econômico. Os países que se sentem prejudicados com o comércio de escravos, como é o caso da Inglaterra, passam a atacar o tráfico negreiro. O trabalho assalariado vai surgindo como uma forma alternativa para o trabalho escravo. É uma forma de exploração da força do homem, mais abrangente do que a escravidão, e aceitável até por parte dos mais exigentes defensores dos direitos humanos. Simultaneamente são promovidas muitas campanhas em favor da emancipação de escravos e pela total abolição da escravatura. Alguns bispos, entre eles Dom Viçoso, de Mariana, e Dom João Antonio dos Santos, de Diamantina, conseguem fundos para alforriar escravos. A luta pela eman-

cipação chega ao Parlamento que, apesar de dominado pela oligarquia rural e formado por senhores de muitos escravos, é levado a fazer algumas concessões. As pressões da Inglaterra fizeram aprovar a Lei Euzébio de Queiroz (1850) que proibia o tráfico negreiro. Daí em diante entraram ainda muitos escravos mas por contrabando, o que tornava a operação arriscada e anti-econômica para os compradores. A "Lei do Ventre Livre" (1871) e a do Sexagenário (1885) contentavam os abolicionistas porque os faziam crer que o ideal abolicionista conquistava novos adeptos. Satisfaziam também os escravagistas porque não causavam prejuízo aos senhores de escravos. Não sendo mais escravos os recém-nascidos depois de 1871, o senhor não tinha obrigações com esses filhos de escravas no longo período improdutivo de seu crescimento. Quanto aos sexagenários, eram homens que não tinham mais força produtiva. Para o senhor era um bom negócio: perdia escravos que já pouco produziam e ficava exonerado da obrigação de sustentá-los. Eram portanto leis que favoreciam mais aos senhores do que aos negros. Elas produziram um sem número de menores abandonados e de velhos atirados à própria sorte, condenados a viverem na miséria, forçados a mendigar roupa, comida e abrigo. A própria "Lei Áurea", cujo centenário agora se celebra, não foi tão áurea para os cativos que ainda existiam. Com lei ou sem lei, a escravidão chegava ao fim porque se tornava cada vez mais dispendiosa. Os proprietários perceberam que faziam uma permuta vantajosa na medida

em que substituíam o trabalho escravo pelo assalariado: ganhavam mais e se livravam de possíveis encargos sociais. Não é, pois, verdade que a Princesa Isabel arriscava o trono ao assinar a lei da abolição. Esta lhe foi ditada por imperativos políticos e econômicos. O sistema capitalista não precisava mais de escravos. O mecanismo do salário produzia o mesmo resultado, ou melhor, e era aceito por todos.

Destacar esse aspecto parece-me indispensável para podermos compreender melhor as raízes da constante marginalização dos negros. A abolição não aconteceu porque a sociedade civil chegou à compreensão de que o negro é igual aos demais e, por isso, estava injustamente escravizado. Ela se fez porque a escravidão tornara-se anti-econômica.

Da parte da Igreja, não houve maiores entusiasmos pela campanha abolicionista como já o observara Nabuco. E não houve porque a Igreja não estava convencida de que a escravidão era uma iniquidade, um pecado gravíssimo. Para os senhores, tornara-se evidente a inadequação do regime escravocrata à nova realidade social. Para a Igreja, as coisas não pareciam tão claras no aspecto moral. Mesmo depois que o tráfico de escravos tinha sido proibido por lei (1850), a Santa Sé ainda declara que "... a escravidão em si, considerada como tal na sua natureza essencial, não é de todo contrária à lei natural e divina e pode haver justos títulos de escravidão e esses são referidos por teólogos aprovados e comentaristas dos sagrados cânones" (Collectanea S. C. de Propaganda Fide, 20.06.1866 n.º 1293,

719). É pena que a Igreja, obnubilada por tantos preconceitos, não tenha conseguido identificar nos escravos negros do Brasil a mesma situação vivida pelo Povo de Deus no Egito e na Babilônia. É doloroso ter de reconhecer que, mesmo depois da abolição, permaneceram até os dias de hoje tantas marcas de discriminação na sociedade brasileira e no seio da Igreja Católica.

5. Democracia racial ou preconceito?

Na sociedade brasileira, o negro continuou sendo considerado inferior. Não se diz claramente que ele é inferior. Mas se deduz da prática. Toda a ideologia do "branqueamento" se apóia na pretensa superioridade do branco e na "reconhecida" inferioridade do negro. O Brasil tornou-se demasiado escuro: era necessário branqueá-lo. Como conseguiu-lo? Promove-se a imigração de brancos e fecham-se os portos para a entrada de negros. Dois anos após a abolição, as autoridades mandam impedir a entrada no Brasil de "... indígenas da Ásia e da África" (Decreto de 28.06.1890). E já no nosso século XX (1946!), o Decreto-Lei n.º 7.967 estabelece que "os imigrantes serão admitidos de conformidade com a necessidade de preservar e desenvolver o Brasil, a *composição de sua ascendência européia*".

Não é, pois, de se estranhar que o negro tenha introjetado a ideologia do branqueamento. Não é de se estranhar que o negro tenha vergonha de ser negro, se julgue feio, aceite ser considerado mau caráter,

queira assemelhar-se ao branco. Qualquer negro que não teve oportunidade de desenvolver os mecanismos de reação ao preconceito, sente-se inferior ao branco. E ele "sabe" por experiência que o branco, por sua vez, inconscientemente, se sente superior. As expressões correntes o demonstram muito bem: quem dá desgosto à família é "uma ovelha negra". Quando a imprensa publica que "Precisa-se de pessoa de boa aparência", claro que não deve ser um negro ou uma negra. Operação ilegal na troca de moeda estrangeira é "câmbio negro". Impasse que surge na votação dos artigos da nova Constituição brasileira é "buraco negro". Mesmo com a explicação de que se trata de uma expressão científica, não deixa de chamar a atenção a coincidência: impasse no trabalho de nossa Assembléia Nacional Constituinte é "*buraco negro*"!

6. O racismo na Igreja

Inserida na sociedade, embora deva ser continuamente uma instância questionadora de toda a sociedade, a Igreja nem sempre consegue ser "sal da terra e luz do mundo". Frequentemente ela absorve cargas ideológicas anti-evangélicas e as traduz em sua prática. Por isso a Igreja, ao mesmo tempo que anuncia o Evangelho de Jesus, sente-se convidada a colocar-se também diante do Senhor num processo constante de conversão e purificação. Seminários e Institutos religiosos, tanto masculinos como femininos, recusaram-se até recentemente a admitir negros em seus quadros. Colégios dirigidos por religiosos discriminaram. Persis-

te também na Igreja o preconceito racista que distingue uns que são considerados raça superior e outros que são tidos ou se têm na conta de inferiores. Dos primeiros se diz que têm traços finos, que o cabelo é bom, o conjunto é harmonioso. Os outros ostentam "má aparência", são "grosseiros" e têm "cabelo ruim". Evidentemente os primeiros são tidos como mais capazes e os outros, menos. Foi necessário esperar as rajadas purificadoras do Concílio Ecumênico Vaticano II para varrer do texto das Constituições de todas as Congregações religiosas qualquer resquício de discriminação. Varremos o racismo da letra das Constituições; terá o Concílio conseguido varrê-lo igualmente dos espíritos? Aqui o processo é mais lento mas está caminhando. Ainda recentemente, durante um encontro de pastoral em que havia muitos negros, uma religiosa branca confienciava: "Sinto-me mal nesse ambiente". Mas o combate anti-discriminatório foi inaugurado na Igreja e está fazendo seu caminho. Já teve grandes marcos, marcos vitoriosos que foram as Conferências Episcopais de Medellin e Puebla. E, agora, a Campanha da Quaresma, promovida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, adotando como tema: A Fraternidade e o Negro faz o gesto profético e questionador que estava faltando.

7. A irrupção do pobre na Igreja

Estamos diante de um fato novo que não foi fruto da evolução do pensamento teológico nem do progresso das Ciências Sociais, mas de uma intervenção direta do Espírito,

uma espécie de "novo Pentecostes" como dizia o Papa João XXIII a respeito do Concílio. O fato novo é o lugar do pobre na Igreja. Ela sempre deu alguma atenção ao pobre, sempre procurou meios de suavizar-lhe os sofrimentos. Mas ela mesma, como instituição, permaneceu no lugar social do rico. Foi desse lugar que ela procurou obter os recursos necessários para ajudar os pobres. Em nossos tempos, a Igreja vem se esforçando para mudar de lugar. Deixando-se comover pelo mistério da Encarnação, ela vai se afastando do convívio dos grandes e se aproximando dos pobres, vai se deixando por eles evangelizar. Com isso ela descobre melhor que o pobre é um empobrecido, que o negro foi e é um grande injustiçado, o menor abandonado ou delinqüente e a prostituta não podem ser olhados simplesmente como desajustados ou pecadores mas como vítimas de um sistema baseado na injustiça. A evangélica opção preferencial da Igreja pelos pobres leva-a dia-a-dia a novas e surpreendentes descobertas. É nesse caminho, de uma fidelidade sempre maior ao Evangelho, que o negro passa a interessar especialmente a Igreja de hoje: o negro é pobre entre os pobres, é carente, é explorado, é oprimido, é marginalizado. Merece, por isso, especial atenção por parte da Igreja cujo Mestre veio para trazer boas notícias aos pobres.

Ao processo de "branqueamento" que inclui o propósito de uma eliminação progressiva do negro em nossa etnia, a Igreja sugere a alternativa da integração através do reconhecimento e da assimilação dos

valores e da cultura do negro. Mais do que o branqueamento, essa integração proposta pela Igreja é compatível com nossa realidade. Nossa ascendência é mais africana do que européia. Houve tempo em que a população negra no Brasil somava mais do que europeu e indígenas juntos. Atualmente os afro-brasileiros somos mais de sessenta milhões. A Igreja do pós-Vaticano II deseja colaborar na edificação de uma nova sociedade baseada na igualdade fundamental de todos os homens e no respeito às características próprias de cada cultura. Ela acompanha com alegria a evolução das ciências humanas, particularmente os esforços da antropologia no sentido de demonstrar que não existe *superioridade* de uma cultura em relação à outra mas sim *alteridade*. Nem a cultura grega era superior à dos romanos nem a cultura dos portugueses era superior à dos indígenas ou dos africanos: eram diferentes. Cada cultura tem códigos próprios, normas próprias irreduzíveis e que devem ser compreendidos dentro dos esforços de inculturação e não comparados segundo o esquema colonialista de *superioridade-inferioridade*.

Esses mais de sessenta milhões de afro-brasileiros não são todos católicos mas são todos religiosos. Muitos valores espirituais trazidos da Mãe África foram cuidadosamente preservados e transmitidos de geração em geração. A Bahia tornou-se o relicário principal dessas riquezas. Durante séculos elas foram vistas como grosseira superstição. Só era puro e santo o que conferia com os códigos de interpretação religiosa

do dominador. O Concílio chamou nossa atenção para "os lampejos da Verdade" que mesmo as religiões não-cristãs "refletem". Ele exorta os cristãos a que "reconheçam, mantenham e desenvolvam os bens espirituais e morais, como também os valores sócio-culturais que entre eles (os seguidores de outras religiões) se encontram" (Vaticano II, Declaração NOSTRA AETATE n.º 2).

Aos poucos a Igreja no Brasil, à luz do Concílio, vai descobrindo que a linguagem simbólica transmitida pelos nossos antepassados africanos é capaz de traduzir muito bem verdades de nossa fé. Por ocasião do Congresso Eucarístico promovido pelo saudoso Cardeal Dom Avelar Brandão Vilela, encontrei em Salvador padres e religiosas iniciados no candomblé. Não se trata nem de sincretismo nem de irenismo. É antes a consciência de que existem formas culturais diferentes para se expressar o mesmo evangelho e para celebrar as maravilhas do nosso Deus. Na mesma oportunidade, o Pe. Francisco L'Espinay me confidenciara que fazia já quatro anos que ele era iniciado no candomblé, julgou ser um desrespeito frequentar o terreiro apenas como pesquisador, e decidiu iniciar-se. Ele confessava que, até então, não havia encontrado nada no candomblé que o impedisse de viver integralmente sua fé em Cristo e de exercer seu ministério sacerdotal.

Esses testemunhos são confirmados pela aceitação popular. Desde que Igrejas locais permitiram algumas aberturas, viu-se que os atabaques, os deslocamentos e os movimentos corporais e, acima de tudo,

a participação de toda a comunidade foram se tornando cada vez mais presente nas celebrações populares com real proveito para toda a Assembléia. Na base, a Igreja vai ganhando um colorido mais escuro. Antes, os negros só encontravam espaço de participação ativa nos terreiros ou nas Irmandades de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. Hoje as Comunidades Eclesiais de Base mostram uma Igreja mais popular e, por isso mesmo, mais negra. *Mais negra e mais bonita*. "Nigra sum sed formosa" (Cant. 1,4). Não importa que na sua Hierarquia, nos seus Bispos e padres, nos seus frades e nas suas freiras ela seja ainda quase totalmente branca. Assim como a seiva da planta vem é da raiz e um edifício se constrói é a partir da base, do mesmo modo, na medida em que a base eclesial, isto é, o povo pobre e fiel, for se constituindo em comunidades sempre mais numerosas, a negritude irá se difundindo por todo o corpo eclesial. Sem perderem sua identidade, sem aceitarem seus "negros de alma branca", os afro-brasileiros mais presentes em todos os níveis ministeriais da Igreja, enriquecerão os irmãos de outras etnias e serão por eles enriquecidos numa autêntica e permanente "comunhão dos santos". Os primeiros passos foram dados pela Igreja do Brasil e o mais difícil já foi feito. O mais difícil era ter a coragem de retirar o véu da hipocrisia que dava a aparência de

que vivíamos sem problemas, sem conflitos, numa "democracia racial" em que "o negro está muito bem porque sabe qual é o seu lugar". A corajosa determinação de "ouvir o clamor deste povo" e de elegê-lo para dar o tom da conversão na Quaresma deste ano, permitiu à Igreja colocar o dedo na chaga. O dedo de Cristo. O contato com Ele cura e rejuvenesce. O grande passo foi dado. A Igreja do Brasil resgata seu pecado de conivência com o sistema que subjogou milhões de filhos de Deus nascidos livres na África e trazidos cativos para o Brasil. A Igreja rompe os vínculos de solidariedade com um sistema que continua escravizando milhões e milhões de negros e brancos, um sistema que se renova e inventa sempre novos mecanismos capazes de produzir "ricos cada vez mais ricos às custas de pobres cada vez mais pobres". Com a Campanha da Fraternidade de 1988 a Igreja se penitencia por ter participado do crime da escravidão, legitimando-a e dela se beneficiando. Pela confissão de hoje a Igreja liberta-se do seu pecado e pode prosseguir mais rapidamente a tarefa que lhe é própria no grande processo de construção da "civilização do amor". Essa construção exige a progressiva superação de toda dominação e de toda exploração. Essa construção vai substituindo a oposição entre as diferentes culturas por uma convergência de todos os valores. □

Num mundo voluntarista e intransigente, urge criar na formação a capacidade de compreender, de esperar, de ceder, de esquecer e recomeçar.

CONTRADIÇÕES NA IGREJA INCULTURADA NO BRASIL

*“Honra seja feita à Igreja
que, com incrível persistência, prega
o Evangelho que
a condena constantemente”, Carl Améry.*

Frei Bernardino Leers, OFM
Divinópolis, MG

Um montão enorme de fatos, informações, comentários e interpretações está à disposição de quem quer descobrir as contradições e contrastes na sociedade e na Igreja no Brasil após cinco séculos de evangelização (1). Este montão não está organizado e estruturado como um edifício de dez andares de apartamentos de pronta entrega, fornecendo uma imagem clara e uniforme. Ao contrário, conforme o lugar de cada um dos informantes ou autores, a percepção muda, os dados usados são outros e as leituras são diferentes, correspondentes à variedade de pontos de vista e opções feitas que qualquer observador tem para com o fluxo vital da Igreja e da sociedade, unidas por milhões de brasileiros católicos.

As ambigüidades da percepção

Uma reflexão sobre tão vasta e variada realidade, produto de tantas condições contraditórias, corre seus

próprios riscos. Cada autor tem sua experiência limitada particular, seu ângulo de percepção, seleciona fatos de seu interesse e compõe seu quadro, mais ou menos coerente, da mistura intrincada de sinais de vida e de morte que marcam a presença e atuação da Igreja no Brasil, na vida política, econômica, cultural, social. Também os leitores possuem sua história pessoal, como condição perceptiva, suas posições tomadas, suas sensibilidades. Se assuntos passados do destino dos índios, da Inquisição portuguesa, da escravidão, são capazes de provocar tanta indignação nos debates e de alimentar tanta fogueira intelectual, o que trará a análise da atualidade em uma Igreja socializada, em que sintomas de divisões, polarização e intolerância formam a sombra da vitalidade criativa?

Os antigos romanos já sabiam, que nomes são odiosos. Mas também uma análise impessoal não impede que o público envolvido seja

mais do que cabeça fria, e que a objetividade procurada esteja relacionada à subjetividade de cada um. Na história humana, amor e ódio, paixões inflamáveis, discussões acirradas sempre entraram em jogo, exatamente quanto aos assuntos que mais profundamente tocam a existência, a segurança, o coração, as convicções vitais das pessoas e seus grupos de pertença. Todos intencionalmente a verdade objetiva. Nem sempre percebem que cada um é um só na singularidade de sua pessoa e do mundo que tem construído em redor de si. Boa parte do ser humano existe e age abaixo da pura razão.

Otimistas e pessimistas sempre houve. A complexa composição da vida eclesial dentro da sociedade brasileira mostra, a um observador, mais suas luzes, sucessos, vitórias, progressos, perspectivas esperançosas, ao outro mais suas sombras, perdas, regressos, problemas sem solução, ameaças para o futuro. Qualquer análise desta pluriforme e sensível realidade é precária porque, apesar da seqüência popular de ver, julgar, agir, certas formas de julgar são anteriores ao ver e condicionam a percepção dos fatos, muitas vezes sem serem percebidas. Porque um mundo de comportamentos, opiniões e regras de conduta é aprendido na educação e se infiltra da parte da sociedade e cultura local nas pessoas, antes de amadurecerem para uma consciência autônoma e crítica, os próprios observadores têm dificuldade de se conscientizarem de seus apriorismos, interesses ocultos e posições tomadas, identificados por eles com "a" verdade sem dúvida.

Se a realidade eclesial de hoje fosse relativamente uniforme, os mecanismos de percepção não criariam tanto problema. De fato, a correnteza histórica da evangelização no Brasil tem assumido muitas águas diferentes e sofrido influências diversas e conflitantes. Um corte vertical pela atualidade fluida revela uma variação tão grande de vivência e construção eclesial católica, que é difícil saber, às vezes, que imagem corresponde à palavra Igreja, com tanta freqüência repetida nos discursos. A grande diversidade na realidade empírica da Igreja corresponde uma grande diversificação de sentidos concretos do termo Igreja, que tanto mais se manifesta, quanto mais os detalhes da experiência vivida de cada um entram em jogo. Relativamente fácil seria esboçar em uma perspectiva sociológica três ou quatro modelos de Igreja que funcionam atualmente, mais ou menos misturados, no território nacional. Mas a validade deste tipo de interpretação que tenta sugerir a variedade de sinais de vida e de morte que compõem o quadro global eclesial já por si provoca polêmicas.

A segurança tranquilizadora da tradição do "sempre-foi-assim", e o entusiasmo pela novidade que saiu agora do forno da imaginação criativa, facilmente condicionam uma cetera cegueira ou visão unilateral que impedem a apreciação equilibrada do humano na Igreja. Enquanto a vida joga sempre com dois elementos, a luz e a sombra, e a atividade humana nunca alcança a perfeição desejada, uma atitude fundamental da percepção que vale

também no âmbito eclesial é ver a luz, procurando a sombra e ver a sombra, procurando a luz. Não há sentido elogiar a luz sem reconhecer seu limite de sombra ou ter medo da sombra sem perceber a vitalidade da luz. Vida e morte se misturam nesta terra em todo agir dos seres humanos. Na seqüência e mistura de suas formas, herdadas e novas, a evangelização empírica sempre possui, como uma medalha, dois lados. Criticar o lado negativo sem perceber a força da vida presente, ao máximo pode trabalhar com um "deus-ex-machina" para salvar a situação; só apresentar as vantagens é propaganda ingênua que não enganará o povo por muito tempo. Seja como for, pano para discussões e discordâncias não falta.

Evangelização, processo histórico contextual

Seja qual for a continuidade das conceituações abstratas, o processo da evangelização sempre é histórico e suscetível às condições humanas em que o evangelho é lido, pregado. São sempre pessoas concretas que em situações precisas, econômicas, políticas e culturais se deixam inspirar pelos textos bíblicos, procuram vivê-los em função destas condições e comunicá-los, adaptados às necessidades, interesses e possibilidades do auditório. Se os evangelizadores da primeira hora que deram seu nome aos evangelhos que a Tradição católica aceita como autênticos, já mostram claras diferenças entre si, a inculturação do evangelho entre a variedade de povos e culturas do Oriente e Ocidente desde o dia do primeiro Pentecostes de-

monstra muito mais diferenças e contrastes.

Os cinco séculos de evangelização brasileira estão ligados intimamente ao contexto histórico em que o trabalho foi feito. O que houve foi a transferência de um determinado tipo de catolicismo, de teologia, catequese e práxis católica que veio para o Brasil com os colonizadores portugueses. Desde a época da descoberta, este catolicismo se implantou, se desenvolveu e chegou a ocupar um lugar dominante no quadro nacional, como poder, como religião majoritária, como fator importante na formação da cultura e da linguagem popular. O envolvimento com o poder do Império português era tão grande, que as primeiras Constituições Eclesiásticas da primeira diocese do Brasil foram editadas com "Nihil obstat" do censor imperial. A vontade de se emancipar desta subserviência tem dado um colorido especial ao processo da romanização da Igreja brasileira. Mais tempo passou para ver com mais clareza a injustiça do sistema escravocrata e a situação de pecado, criada pela prática capitalista (2).

Por definição, evangelização significa fazer "discípulos todos os povos, batizando-os e ensinando-os a observar tudo o que vos prescrevi" (3). De fato, o batismo é até hoje um rito inicial comum na vida brasileira. A observância ou a práxis do evangelho é bem outro problema. A religiosidade popular em todas as suas variações e seu sincretismo, a vida familiar e sexual na época da Colônia até à atualidade, o sistema de exploração da mão-de-obra na

lavoura, indústria e comércio, a péssima distribuição dos produtos do trabalho e tantos outros fatos não podem ser considerados expressões correntes, formas genuínas da vivência evangélica. Tais fenômenos, porém, não são simples sombras da fraqueza e malícia humana, ao lado do autêntico ensino evangélico dos padres.

O próprio ensino sofreu e sofre as influências do contexto histórico cultural. A presença da zona de me-retrício, logo atrás da igreja, em cidades tradicionais, o livro de Benci sobre o tratamento dos escravos (4), são apenas uns exemplos da tolerância e adaptação clerical ao meio, que o passado deixou. Muitas devoções foram importadas por missionários estrangeiros. Sejam quais forem as críticas que a renovação pastoral da Igreja fez às formas tradicionais da práxis católica, no mínimo convém trabalhar na análise histórica com a hipótese de que muito material criticado hoje tenha sua origem ou confirmação na própria pregação histórica do clero no passado. Em seus pontos positivos e em suas sombras, evangelização é sempre um processo dinâmico mais ou menos inculturado no contexto social, econômico, político local, especialmente naqueles países em que a Igreja é uma das instituições sociais dominantes.

Evangelizadores e evangelho

Evangelização como processo comunicativo implica duas perguntas: quem são os evangelizadores e como eles interpretam o evangelho? Olhando superficialmente, a respos-

ta brasileira à primeira pergunta será: o clero, bispos, padres, missionários. São eles que sempre pregaram nas Missas, na Semana Santa, nas festas do povo, escreveram cartas pastorais, divulgaram documentos, revistas e livros, impuseram normas de boa conduta, mandaram em colégios diocesanos e religiosos. Embora não se deva subestimar a influência densa destas vozes sobre a formação do povo, certamente não foram nem são os únicos transmissores. Em ambientes tradicionais religião e moral começam no lar. No contexto brasileiro, as primeiras comunicadoras da fé e da maneira de viver eram e são comumente as mães e as catequistas da primeira comunhão. Seu papel na evangelização global é difícil de medir, mas não seria fora de propósito pensar que o precário contato atual entre clero e juventude tenha sua origem nas interferências que se verificam hoje em dia na transmissão de valores e normas dos pais para os filhos. Além disso, o fato que tantas formas de práxis religiosa perseveraram entre o povo apesar da resistência e proibições do clero, manifesta que este nunca teme o monopólio da tradição da religião e da moral para o público.

Neste contexto mais largo de evangelizadores, a segunda pergunta se torna mais nuançada. Tanto Francisco de Assis, quanto seu bispo Dom Guido, pregavam o evangelho, mas suas interpretações eram bem diferentes. Os pais de Francisco eram católicos, mas a maneira de ver e viver do pai não era a da mãe. Globalmente, é sempre o evangelho que é pregado e comunicado, mas

tanto a história da teologia dogmática, moral e ascética, quanto a arte e a literatura cristãs mostram abundantemente, que na maneira de interpretar o evangelho e praticá-lo, as opções e preferências dos agentes evangelizadores sempre tiveram sua influência e condicionaram as formas históricas das transmissões e seus conteúdos. Embora esta diversidade inclua a continuidade de um núcleo lingüístico que se deixa formular como ortodoxia, o processo complexo da evangelização histórica não se reduz a esta fórmula e transborda por todos os lados. Isso talvez não agrade aos idealistas, mas corresponde à realidade humana e à caminhada histórica do povo de Deus, de geração em geração transmitindo sua fé e experiência de vida limitadas e condicionadas pelo contexto do tempo e espaço culturais.

O homem de hoje é, muitas vezes, homem do momento, no sentido de virar o presente e ser vivido pelo presente e sua acumulação de novidades e notícias, de modo que perde a perspectiva histórica de sua existência e o senso da tradição contínua. Atualmente a Igreja defende, enquanto é possível, a vida e a cultura dos índios. Muito trabalho admirável de missionários, religiosas e leigos é realizado para salvar ainda os restos. Mas desde o momento histórico em que teólogos se interrogaram se índio tinha alma, a história conta mais sobre a sorte deles e seu extermínio do que atualmente a Igreja procura fazer. Que mentalidade evangelizada mostraram gerações e gerações de brancos que se chamavam católicos e

tratavam os índios como subprodutos humanos, sacrificados e matados na ocupação das terras e na procura de ouro e pedras preciosas? Os escravos foram libertados, ao menos em papel, as mulheres se emancipam do sistema patriarcal-machista, os pobres se conscientizam de seu valor e força. A doutrina evangélica pregada hoje, não é uma mera réplica das pregações e ensinamentos da Igreja dos séculos passados. Medellín e Puebla seriam inconcebíveis no século passado.

Por todo o catolicismo brasileiro, contextualizado na sociedade histórica, há presente um traço de sangue, de violência, de guerra. Do povo dizem os intelectuais, que é manso, pacífico e ordeiro. Esta imagem porém, parece mais interesseira do que expressão da realidade. Como se explicam tantos mortos nos conflitos de terra na zona rural, nas violências urbanas de seqüestros, assaltos, estupros, torturas de presos, de mulheres e crianças, no número campeão de acidentes de trabalho e de trânsito? A pregação evangélica não chegou a penetrar neste aspecto selvagem, de morte da vida social, e a reformulá-lo na práxis. De pouco respeito pela vida dos outros, seria fácil acusar o povo, colocando a causa ou culpa na nuca dura ou na forte natureza agressiva, vingança da opressão. Talvez a própria evangelização tenha prestado pouca atenção ao valor da vida terrestre, à dignidade do ser humano, mesmo se é pobre, operário ou mulher. O fato de que hoje em dia a CNBB divulga estes valores em seus documentos e campanhas da fraternidade não

exclui o duplo mecanismo social que funciona aqui: a divulgação e extensão precárias das idéias e atitudes novas da Igreja entre a massa dos católicos, e a lentidão da mudança das mentalidades, alimentadas por séculos de tradição violenta.

O sonho de Nabucodonosor

Como organização empresarial nacional, a Igreja impressiona bastante. A estrutura central da CNBB, a divisão de dioceses e paróquias que ocupam e dividem o território todo, paralelamente aos estados e municípios, a organização dos religiosos em seus institutos e na CRB formam uma rede que canaliza todo um sistema de informações e comunicações e funciona com bastante eficácia, resistindo a eventuais boicotes dos grandes veículos de notícias, como resistiram à ditadura militar. As discussões em redor do estatuto teológico de tal esquema organizatório e conseqüentes posições de certas autoridades não interessam aqui; por agora, não enfraquecem muito este campo estruturado de forças que a Igreja católica apresenta no Brasil. Grandes instituições enraizadas na tradição de um país geralmente se mostram unidas, quando são atacadas de fora, embora estejam ideologicamente divididas por dentro.

Em termos materiais, um sem número de igrejas, capelas, santuários, escolas, hospitais, creches, lares de idosos, editoras, rádios, obras sociais de propriedade de institutos católicos encobre o país inteiro. Com seus arranha-céus, a grande cidade moderna não deixa ver mais tão cla-

ramente em sua silhueta o domínio das torres. No interior, as igrejas e os grandes edifícios de colégios e conventos continuam a atrair de longe a atenção, como pontos de referência. Quantas propriedades urbanas e rurais, os vários institutos eclesiásticos possuem, talvez o Ministério da Fazenda saiba, e seu valor imobiliário é incalculável, nem costuma entrar nos balancetes. Mesmo assim, até hoje a dependência financeira para com o exterior se manifesta de tal modo que o humorismo clerical fala de "S. Marco", "S. Florim", "Santa Lira", "S. Dólar". O montante de dinheiro que entra anualmente no país por meio de instituições oficiais e benfeitores particulares estrangeiros é praticamente incontável e tenta a imaginação. Inegavelmente, muitas obras na esfera eclesástica dependem, ao menos em parte, da assistência econômica de fora. Críticas a esta política de dependência não faltam. Mas o conjunto dos bens materiais forma um suporte poderoso da ação múltipla da Igreja.

Olhando mais de perto todo o aparelho organizatório e produtivo da Igreja, logo se repara o estado precário da ocupação dos quadros com pessoal profissional. Na já longa história da falta de clero procurou-se uma solução, absorvendo cada vez mais os religiosos sacerdotes nos quadros da pastoral diocesana e paroquial e importando grandes levadas de padres estrangeiros. Depois veio a política de entregar paróquias ou tarefas paroquiais às religiosas, às vezes subtraindo-as dos setores de educação e saúde. Entraram em ação o esquema das dioceses-irmãs

e certa redistribuição do clero em âmbito nacional. Diante do rápido crescimento dos pastores de novas seitas, o problema intrigante que fica é: por que a Igreja católica não chega a dispor de número e qualidade suficientes de ministros sacerdotais para atender satisfatoriamente às necessidades de evangelização do povo no país e fora do país? Conforme as últimas notícias do CERIS, há sinais favoráveis no ar, mas a estabilização da tendência crescente é ainda uma questão aberta, de resposta incerta. De qualquer maneira, o aumento de neo-sacerdotes por ano não corresponde ao ritmo de aumento da população mais o número anual de mortes e inválidos entre o clero. A pirâmide etária dos ministros sacerdotais e religiosos continua preocupante.

No entanto, o grande problema começa com os pés largos da estátua, aquela multidão de pessoas que nos recenseamentos se declaram católicos. Passou a época em que sociólogos religiosos se ocuparam muito de pesquisas quantitativas sobre frequência de sacramentos, Missas, e esboçaram escalas de pertença, desde praticantes regulares, até nominais, marginais, etc. A terminologia variava; os resultados estão nas bibliotecas e um pouco na memória. O CERIS continua a trabalhar, mas parece haver pouco movimento em certos números. A baixa percentagem de católicos que regularmente participam da Eucaristia ou fazem sua Páscoa, especialmente nas grandes cidades (nem 10%), e a larga margem de nominais que ao máximo deixam batizar os filhos, vão a uma missa de 7.º

dia ou em estilo moderno, de ressurreição, talvez casem na Igreja, mais numa demonstração de status do que expressão de sua fé, mostram talvez certa estabilidade. Num desenho estatístico imagina-se uma grande mancha sobre o Brasil todo. No meio um pequeno núcleo vermelho de evangelizados que assumem a Boa Nova em sua caminhada. Em redor está um quadro largo em que o vermelho rapidamente muda para cinza e termina na margem maior, quase dominante, sem cor, em que a Igreja como instituição de doutrina, poder e práticas desaparece em brancas nuvens.

Enquanto a grande multidão do povo de Deus são leigos, ao menos aparentemente não têm peso na caminhada. Os discursos clericais sobre leigos, vida familiar, política econômica se multiplicaram na Igreja. Mas muitos leigos que ocupam lugar social de certa projeção não têm formação religiosa e moral correspondente. A hierarquia não tem muita sorte com os movimentos de leigos. Os conflitos com as antigas irmandades, com a Ação Católica, especialmente durante o regime militar, são de triste memória. Ocupados com a assistência aos pobres e as práticas religiosas de seus membros, os vicentinos sempre ficaram à margem do poder clerical e sobrevivem até agora. Os movimentos de leigos, especialmente de cunho carismático, que surgiram nos últimos decênios no Brasil, se desenvolvem várias vezes em direção a uma autonomia que mantém distância para com a organização pastoral diocesana, embora, como força conscientizadora e fonte inspiradora de viver

o evangelho e testemunhá-lo, estejam produzindo muito fruto.

Olhando a realidade católica toda, a pergunta se impõe, embora seja impossível de respondê-la: qual é a penetração atual da poderosa organização eclesial na configuração e formação mental do povo brasileiro? Que percentagem da população é atingida pela pregação, campanhas da fraternidade, novenas de Natal, cursos bíblicos, programas de rádio e televisão, imprensa, desde artigos em grandes jornais até às comunicações locais mimeografadas? Até que ponto estas ondas influenciam as mentalidades e os modos de viver do povo? No mundo plural moderno muitos fatores sociais, econômicos e políticos influenciam idéias e comportamentos, independentemente das convicções religiosas do público. Constantemente, as massas são bombardeadas com propagandas comerciais e ideológicas, notícias e informações de todos os tipos e qualidades.

Na pluralidade dispersa, misturada e muito mal sintonizada dos meios de comunicação, o que significa a voz evangelizadora da Igreja? Dentro da Igreja as críticas ao clero, a certas doutrinas e práticas, não costumam ser bem recebidas, se não se vestem da roupa do bobo da corte. Humorismo e autoridade raras vezes combinam. Apesar de suas limitações, as pesquisas de opinião pública indicam que altas percentagens da população divergem das posições da Igreja em vários pontos de fé e moral. Doutro lado, a Igreja alcança escore alto, se corresponde às necessidades oprimidas do povo,

protestando contra torturas, ditadura, exploração dos pobres, falta de moradias. Onde atualmente há muitas questões que dividem a opinião pública, fica claro, que conforme sua classe e posição social, muito católico praticante não concorda com certas atitudes da hierarquia no que diz respeito à reforma agrária, divórcio, defesa dos pobres e menores abandonados, participação política. Mas o conhecimento bem limitado, da vida real do povo, o que as massas pensam, querem e fazem, tem a vantagem de dar razão a todos os otimistas e pessimistas.

Se as indicações não enganam, o povo católico em geral não aprendeu ainda a viver conscientemente em uma sociedade pluralista de ofertas mil. A incrível rapidez com que o Brasil se está desenvolvendo, com a migração rural e existência subumana de tantos bairros populares, criou um caldo confuso de sobrevivência para muitos, no qual o desarraigamento e a insegurança, religiosos e morais, e o princípio de "sauve qui peut" desempenham papel importante. Sem abertura dialogal entre os católicos leigos e as autoridades eclesiásticas é difícil orientar-se com fidelidade ao evangelho na pluralidade do Brasil novo, mercado livre das idéias e posições mais contraditórias, defendidas e propagadas com paixão.

O povo católico vem de uma longa tradição de uniformidade doutrinária e prática, cercada de leis e pecados, e não está bem preparado a enfrentar a elaboração de sua experiência de fé e a solução de seus problemas sociais com a liber-

dade e autonomia responsável de cristãos. Se o clero está preparado para a modernidade pluralista que exige muito mais do senso crítico e da responsabilidade pessoal de decisão, fica questão aberta. Para explicar as divergências e conflitos entre o clero no campo da moral e da vida evangélica em geral, a teologia da libertação pode ser usada facilmente como bode expiatório, mas tal mecanismo de defesa é apenas fuga dos problemas reais que afligem o povo católico. A volta à teologia do seminário e o fechamento de departamentos de teologia em universidades católicas não abrem por si novos espaços para o diálogo e a colaboração com os representantes das teorias e práticas econômicas, culturais e políticas que estão em vigor ou tentam penetrar no mundo moderno.

As pedras do escândalo

Uma Igreja, instituição tradicional no Brasil ao lado do Estado, há de sentir-se mal diante dos gritantes contrastes na realidade vivencial do povo. Sendo majoritária, querendo ou não, está envolvida nas contradições sociais, mesmo se fosse apenas por omissão ou incapacidade de semear comunhão, fraternidade e partilha e de dar formas concretas deste idealismo evangélico nas relações e interações sócio-econômicas, políticas e culturais. Neste campo, muitas CEBs (5) se apresentam como novo fermento na massa, mas esta nova experiência de construir Igreja, luz do mundo e sal da terra, é recente demais para permitir conclusões definitivas, pois mudanças de defeitos sociais imorais, profun-

damente encravados nas estruturas globais da sociedade, não costumam realizar-se com rapidez.

1. Ricos e pobres

Pouco importa o caminho que se segue para perceber e sentir este contraste. Números estatísticos demonstram a concentração de bens, renda, poder e status social nas mãos de pequeno grupo de famílias que se permitem tudo, contra uma grande massa de pobres e empobrecidos que trabalham, ganham mal, sofrem arrocho salarial, têm assistência precária, são subnutridos, vítimas de doenças endêmicas e de numerosos acidentes, analfabetos ou semi-analfabetos. Com regularidade saem tabelas e percentagens sobre este problema. Mas também é possível visitar uma favela num subúrbio, sem água ou esgoto, ao lado de um condomínio fechado de mansões de luxo, cercado e protegido por guardas armados e cachorros bravos. No Brasil, a distância entre as propriedades e poderes de uns e a miséria sem propriedade alguma e sem voz de milhões, entre os salários de marajás e a remuneração da multidão de operários que nem ganham o bastante para recuperar as energias gastas no trabalho, é impressionantemente grande e uma grave situação de pecado.

Talvez este contraste tenha havido sempre no Brasil, desde a Colônia e a escravidão. Hoje em dia, a opinião pública está melhor informada no que diz respeito às diferenças sociais em termos de propriedade e renda, e por isso, em estilos de vida entre ricos e pobres. "O po-

bre gosta é de riqueza", é uma observação interessante. Só que os pobres se conscientizam sempre mais da impossibilidade de estender seus desejos de luxo além do Carnaval do Rio e São Paulo, ou talvez de uma ou outra loteria. Todavia, mais importa a mudança interpretativa da pobreza. Até hoje os velhos manifestam ainda sinais de resignação religiosa de serem pobres, porque Deus quer, aceitando a sabedoria do "quem nasce vintém nunca vira tostão". Contudo, os jovens não mais reagem desta maneira; enxergam melhor a causalidade humana que os deixa pobres e explorados, e revoltam-se confrontados constantemente com a intensa propaganda consumista e a ostentação de riqueza pelos outros, sem ter dinheiro no bolso para participar e arranjar um mínimo de conforto em casa. Entre eles, religião não funciona mais como ópio tranquilizador. Se já não se afastaram da Igreja, gostam mais da linguagem de Puebla do que do devocionismo de seus pais, mais da crítica sócio-política do que do fatalismo passivo.

Que este contraste não pára diante das portas das igrejas, já ficou claro nos tempos apostólicos, embora essa memória não possa servir de alibi ou desculpa (6). Com o decorrer dos tempos, a discriminação entre ricos e pobres pode mudar de formas concretas e provocar reações diferentes. Os movimentos religiosos dos pobres penitentes da Idade Média são outra realidade do que os movimentos populares de hoje, motivados pelo espírito da teologia da libertação, ou as tentativas do

clero de banir o luxo dos casamentos de ricos da sua matriz. As diferenças na maneira de tratar pobres ou ricos não são originadas simplesmente pela adaptação do clero e dos religiosos aos traços dominantes da sociedade, chamada cristã, mas também resultado da esperteza dos ricos que costumam manipular suas relações sociais e políticas em seu próprio favor. Até uma certa ingenuidade entra às vezes, a qual se impressiona pela "generosidade" de certos ricos, e não percebe o preço que se há de pagar. A observação de Jesus sobre a pobre viúva é uma verdade, às vezes esquecida (7).

O verdadeiro contraste, porém, se apresenta, na atualidade, pela costumeira lentidão da história. Puebla definiu claramente a opção preferencial evangélica da Igreja pelos pobres. Um dos sinais mais impressionantes da vitalidade eclesial no Brasil é que esta palavra se tornou verdade na vida de muitos, bispos, padres, religiosos, religiosas e leigos. Os modos de assumir esta opção na vida própria e de se aproximar dos pobres e chegar a uma certa identificação com eles variam bastante, mas indicam todos que esta direção nova, melhor, renovada, da caminhada eclesial, não foi dada em vão, e abre, de fato, novas perspectivas de fidelidade da Igreja católica ao seu Fundador e Cabeça.

Doutro lado, a idéia popular da Igreja rica e dos ricos não desapareceu, nem faltam os sinais que ainda sustentam esta idéia tradicional. Usos e abusos inveterados não costumam mudar por decreto. Mudanças mais profundas penetram lentamente e se espalham devagar; podem

levar gerações para mudar a imagem da Igreja que, no mundo, não é do mundo. Francisco de Assis disse: o homem vale o que vale diante de Deus e nada mais. Mas as pressões de uma sociedade dividida em ricos e pobres e presa no sistema capitalista de produção e consumo, são fortes sobre o padrão de conduta também dos evangelizadores que atuam nela. A caricatura de um bispo gordo, com toda sua pompa, estendendo a mão a uma senhora da alta sociedade para deixar beijar seu anel de ouro, com um pobre Cristo no fundo, não perderá tão cedo sua pungência histórica.

2. Homens e mulheres

Que a humanidade é dividida globalmente em homens e mulheres e que no Brasil as relações entre os sexos incluem uma boa dose de machismo e dominação dos homens, opressão e sinais de emancipação do segundo sexo, melhor sexo secundário, não merece longos comentários, porque já os há em abundância. A sociedade brasileira, em que a evangelização funcionou e funciona como fermento, está profundamente marcada pela verticalidade sexual, apesar de todas as propagandas da moda unissex e revolução sexual. Que nos papéis sociais públicos e familiares e no relacionamento entre homem e mulher, dentro e fora de casa, os padrões tradicionais estão em declínio, é de conhecimento comum. A fase atual de transição, no entanto, inclui ainda muitos sinais tradicionais de tratamento e remuneração desiguais no mundo do trabalho, de abusos sexuais e outras violências contra mulheres,

de sobrecarga de tarefas para elas no emprego e em casa, de representação reduzida da mulher na área da política e do empresariado. Doutra lado, depois de tanta opressão, nem se pode esperar que a emancipação da mulher no Brasil ande pacatamente os caminhos da racionalidade e da ética humanista, sem exageros e desvios.

Seguindo as tradições sociais do povo, a imagem da Igreja no Brasil se deixa caracterizar pelo curioso contraste de ser uma maioria feminina, governada com exclusividade pelo poder masculino. Há diferenças locais e regionais, mas em geral, o público que frequenta as igrejas, práticas devocionais e procissões, costuma ser predominantemente feminino. Na educação da fé, o papel da mulher, mãe ou catequista, é numérica e qualitativamente maior. Nos setores de saúde, de assistência social, das obras sociais paroquiais ou diocesanas, a participação feminina é bem maior do que a masculina, como o número de religiosas é em comparação com os religiosos. Mesmo em ambientes sociais em que não se escuta que religião é para mulher, é a mulher que mais se destaca. Cursos de férias, de teologia, contam com um público na maioria feminino, irmãs e leigas. As CEBs são inconcebíveis sem a presença atuante da mulher que, muitas vezes, demonstra ótimas qualidades de líder.

Sem pensar diretamente na ordenação ministerial de mulheres, que forma por agora um tabu mais forte do que seus argumentos teológicos, a pergunta se impõe: qual é

a participação da mulher na formação da doutrina e da prática da Igreja? Umhas mulheres já podem falar em reuniões de bispos e em sínodos de Roma. Há mulheres teólogas, professoras em universidades, que publicam livros e artigos de ótina qualidade. Na hora, porém, das decisões, documentos e decretos, a base humana se restringe exclusivamente à hierarquia masculina, conforme a tradição secular da Igreja clerical. Mais do que um contraste, esta estratégia é um empobrecimento, pois as mulheres têm suas maneiras de ver o mundo, de avaliar as coisas e os acontecimentos, suas sensibilidades próprias, suas formas de viver a fé e expressá-la em sua vida. Todavia esta riqueza religiosa e moral variada não é sistematicamente aproveitada apesar da intensa participação da mulher na construção da Igreja viva e no serviço da evangelização.

Como em todos os países latinos, a Igreja do Brasil confirmou e legitimou secularmente a estrutura vertical no relacionamento entre homem e mulher, o qual marca profundamente ainda a sociedade humana, demasiadamente humana da atualidade. A tripla moral sexual para as categorias de rapazes e homens, de moças-vingens e senhoras casadas e de mulheres da vida não é mais tão forte, ao menos em teoria. A colaboração das mulheres, porém, na formulação da fé e da moral continua muito reduzida, mesmo na solução de problemas que lhes são próprios e que as atingem diretamente. Custa tanto ver o lado humorístico dos debates sérios que homens celibatários fa-

zem sobre pílulas, aborto, esterilização, vida familiar, divórcio, recasamento, mãe solteira, etc., enquanto as mulheres, as verdadeiras agentes morais nestas matérias, estão ausentes.

3. Brancos e negros

Neste ano em que a Campanha Nacional da Fraternidade se ocupa das relações entre negros e brancos, procura conscientizar os fiéis do sério contraste entre eles e levá-los a transformar a convivência social, o muito material publicado dispensa uma reflexão mais prolongada. Culpar o clero do passado que geralmente tolerava, até legitimava a triste exploração dos escravos africanos, é como um golpe no ar, porque os eventuais opressores culpados já voltaram à terra de que foram tomados. O problema está no nível da atualidade em direção ao futuro. O racismo e a predominância dos brancos não têm nenhum fundamento teológico ou bíblico, sejam quais forem os argumentos já usados na história da Igreja, para racionalizar o status-quo. Dentro da comunidade cristã não há mais judeus e gregos, homens e mulheres, negros e brancos. Esta igualdade, ainda não existente, há de expressar-se nas formas reais da vida social do mundo e da atividade política, nos quais a desigualdade entre brancos e pretos e a marginalização dos afro-brasileiros são evidentes, ao máximo camufladas por discursos sobre democracia racial e unidade nacional poli-étnica.

Como na superação dos demais contrastes assinalados, uma dupla ingenuidade pode obstacular os pro-

gressos da comunhão e participação em pé de igualdade fraterna. O primeiro risco é reduzir o processo histórico dos pobres, mulheres, negros e outros marginalizados ao esquema de opressores e oprimidos, e pensar que a felicidade esteja feita, bastando apenas libertar os oprimidos ou os oprimidos se libertarem de seus opressores. Pois a secular prisão e subjugação de certos grupos sociais os levam a métodos de sobrevivência, a formas de subserviência e acomodação e até a verdadeiros traumas e deformações psíquicas que não se resolvem por um simples ato de libertação. Mesmo se o sistema de opressão desaparecesse por passe mágico, o reencontro com a liberdade perdida em gerações de escravidão é para as próprias vítimas um duro processo de procurar sua real identidade e seu caminho pelo deserto, em que até as panelas de carne do Egito podem voltar à imaginação sofrida. Há sempre uma grande distância entre o país da escravidão e a Terra Prometida. Tudo isso se deixa prever mesmo na tácita suposição de que os dominadores, sejam eles homens, ricos ou brancos, descerão por própria vontade de seus tronos, pedindo perdão às mulheres, aos pobres, aos negros. Mas os livros da história humana não registraram tais fatos com frequência, até hoje.

A segunda ingenuidade está na traição da boa vontade. Machismo, racismo, marginalização dos pobres são fenômenos sociais seculares, transmitidos de geração em geração, e arraigados nas estruturas da cultura e linguagem locais. Tornam-se quase uma segunda natureza. O

termo de preconceito que a psicologia social usa neste contexto pode levar a malentendidos, como se tratasse de algo puramente racional que se deixa erradicar facilmente por razões e argumentos teóricos num processo terapêutico intelectual. O fato de que um homem pode odiar os judeus e ser amigo de um judeu, ou desprezar, maltratar negros e ter seu chofer negro como confidente, demonstra que o problema moral é mais profundo e tem suas raízes por baixo da cabeça, no coração, nas entranhas, como diziam os antigos, no código de valores, apreciações e desejos, embebidos e absorvidos sem a própria pessoa criticamente perceber.

Da parte dos opressores e dos oprimidos funcionam outros fatores humanos, sensibilidade, emoções, forças de atração e repulsa, defesa e agressividade, comunicação e fechamento, a subconsciência carregada por experiências passadas e heranças culturais, fixadas na língua, as quais não desaparecem das ações e reações das pessoas por simples querer. O eixo do problema da mudança é a formação da própria identidade em interação com a alteridade dos outros. Quanto mais a alteridade das pessoas que alguém encontra na vida é distante de seu modo de ser e viver, tanto mais a confirmação do próprio Eu cria distância por medo e estranheza para com elas, e leva a fugir ou dominar e submeter os estranhos por instinto de auto-defesa. Este mecanismo psíquico pode elevar-se ao nível de uma discussão racional sobre a questão, se mulher, índio, negro têm alma, são pessoas humanas. Tal

discussão é como o cume do iceberg que desce pelo oceano das relações humanas. Não basta o cume derreter para que cesse o perigo para a formação de uma autêntica comunidade participada de irmãos e irmãs que a Igreja quer ser, exemplarmente, na sociedade.

Porque nas formas de opressão social tradicionais funcionam tantos elementos irracionais nos encontros com outros, estranhos, diferentes, uma polida argumentação teológica, declaração idealista ou norma imposta pela autoridade não provocam resultado imediato. Para perseverar, a seriedade do trabalho evangélico de exterminar as discriminações na Igreja e na sociedade em que ela se implantou, e de criar igualdade fraterna (a língua nem conhece um equivalente feminino), há de espelhar-se na paciência de Deus, cujo sol sempre de novo nasce sobre uma sociedade humana em que não há inocentes.

Autoridade e autonomia

Os contrastes e contradições dentro da Igreja e na sociedade de que os católicos fazem parte, provocam reações diversas. Para fornecer um alibi de todos os males, erros, abusos de poder e injustiças, os nomes de Adão e Eva sempre servem ainda, porque os homens e as mulheres são assim mesmo. Ou tudo é sumariamente varrido em baixo do tapete da Igreja Santa que não pertence ao mundo mau e perverso, num jogo falso de preto-branco, o que, de resto também é um racismo inconsciente. Talvez o pessimismo e o desânimo inventem alguma fu-

maça satânica como novidade dos tempos modernos. Também o medo e a angústia podem entrar e repetir aquela mentalidade apocalíptica que o fim de um século ou período histórico costuma ocasionar.

No entanto, dentro da dinâmica da Igreja viva, em fidelidade ao seu Senhor, tais contradições formam os desafios de uma missão ainda não cumprida e de uma caminhada de libertação ainda não terminada. Para quem corre, o jeito é olhar para frente e contar com suas forças para alcançar a meta. Os muitos sinais de vitalidade e renovação da Igreja católica no Brasil fornecem a base real da esperança que cada vez de novo é formulada nos documentos eclesiais.

A missão evangélica é de todo o povo de Deus. Seja qual for o significado que esta frase tem em termos reais de conscientização e interpretação prática entre os católicos, na execução desta missão mundial funcionam duas forças, muitas vezes antagônicas, a autoridade e a autonomia. Qualquer grupo humano de certo tamanho precisa de uma autoridade para agir e produzir, mas precisa também de autonomia, da liberdade criativa dos membros. Na história da construção da Igreja ocidental, a autoridade ficou praticamente identificada com o clero, a hierarquia, embora muitos fatos mostrem que ela nunca teve o monopólio das iniciativas. Hoje em dia, o problema da autoridade e liberdade na Igreja se estende também sobre os movimentos leigos e as CEBs, em que o exercício do poder e a liberdade participativa até

certo ponto repetem as dificuldades de relacionamento, com seus conflitos, divisões e saídas silenciosas que se verificaram tradicionalmente entre clero e fiéis.

No tempo moderno, o ideário do povo tem assumido a liberdade e a democracia como palavras-chave de sua linguagem e desejos. Recentemente, para celebrar a liberdade de todos em Cristo, a vitalidade nova da Igreja latino-americana lançou o princípio da comunhão e participação que já criou raízes no imaginário e na práxis de muitos católicos, leigos e clero (8). De fato, como a Santa Sé constatou, a consciência da liberdade e a vontade da libertação não são apenas características da cultura atual e fontes inspiradoras da ação humana em todas as suas dimensões, mas são também frutos das promessas divinas, expressas na Sagrada Escritura e encarnadas na caminhada do povo de Deus (9).

Neste contexto, a autoridade enfrenta duas tentações que contrastam com a ânsia da liberdade que marca a sociedade atual. A primeira é o peso da tradição de uma Igreja em que o clero monopolizava a palavra e o poder, deixando aos fiéis o papel de auditório, de instrumento de execução de ordens, de periferia que havia de obedecer em silêncio. O cristão era o ouvinte sem ouvido; calava a boca sem poder falar; tinha uma consciência moral dependente que procurava a liberdade no jeito. Agora, a própria autoridade está envolvida em processo de auto-libertação, para encontrar formas de comunhão que criem abertura e estimulem o diálogo e a participação dos próprios

agentes católicos que não de praticar as orientações e diretivas. Este ideal não se realizará enquanto a seleção dos participantes ficar monopólio da autoridade, querendo apenas ouvir o eco de sua própria voz. Na constelação nova da livre participação, o exemplo de autenticidade evangélica da parte de qualquer autoridade possui peso especial, porque atrai, conquista a fidelidade dos demais fiéis.

A segunda tentação se baseia no fenômeno perturbador que se chama a fase de anomia em que a sociedade atualmente se encontra. Hoje em dia, a muitos se impõe a impressão de uma desordem moral em que não há mais norma que não seja violada, desprezada, negada. O complexo sistema moral herdado é atacado de todos os lados, acusado de legitimar consciente ou inconscientemente muita imoralidade, injustiça e opressão. Doutro lado, as liberdades soltas ainda não chegaram a um equilíbrio, um acervo suficiente de experiências construtivas que sirvam de base mais estável a uma nova civilização humanizante. Em tais períodos de transição, facilmente o medo toma conta, apesar dos avisos repetidos de Jesus: não tenham medo. Medo costuma ser mau conselheiro. Há fiéis que começam a gritar por socorro; capitães bradam ordens, a fim de manter a ordem na barca, sem perceberem que a maioria "nem está aí", como diz o povo. Se a paciência de Deus não inspirar calma e uma coragem persistente de praticar o evangelho, mesmo sem converter ou convencer ninguém, não se alcançará um novo equilíbrio.

A tentação da autonomia também é dupla. O discurso da liberdade própria pode levar ao isolamento do individualismo liberal. Em teoria dizem que todos têm a liberdade de fazerem o que bem entendem, mas não percebem o esplêndido egoísmo que se esconde nesta atitude. Pois negam-se a observar a péssima distribuição de bens materiais e espirituais, as poucas possibilidades de viver dos outros, como pessoas humanas, como cristãos, causando milhões de vítimas. Assim, a autonomia significa apenas a auto-defesa da própria segurança, privilégios e mordomias, muitas vezes pagos por aqueles que não têm voz nem vez e estão marginalizados na sociedade e na Igreja. Pequenos grupos se apropriam dos bens de Deus, Senhor de todos, e não ouvem mais os clamores silenciados dos que necessitam destes bens e não os têm à sua disposição.

A segunda tentação é mais sutil e perigosa. Baseia-se no absolutismo da auto-confiança no próprio poder e fazer, sem precisar de ninguém. Nenhum processo decisório do ser humano é sem auxílio dos outros e, para o cristão, sem comunicação com Deus que opera em seu povo e na intimidade das consciências. Pela auto-suficiência, Deus vira um quadro na parede, um "out-door" na estrada da vida; todos os problemas que os outros apresentam já estão resolvidos; a procura da pérola preciosa já é posse; o mistério de Deus e suas conseqüências para a vida não são mais pergunta; a ignorância doura da fé é substituída pela segurança da prosperidade intocável. Mas uma responsabilidade

diante de si mesmo que exclui a responsabilidade, o responder e explicar-se aos outros e a Deus, é ato isolador que nega a própria existência humana, como co-existência e caminhada com os outros na contínua interação e troca de serviços, em que a pessoa se forma e se torna ela mesma. Onde falta a capacidade de perguntar, procurar, aprender, trocar, partilhar, a própria vida humana cristã sai mutilada.

Abertura ou fechamento

O vasto campo de contrastes e contradições na Igreja, embutida na vida brasileira de hoje, coloca o povo de Deus diante de um duplo dilema. O primeiro é: ou religião, ópio do povo, dos pobres, mulheres, negros, com sua cauda de resignação, paciência e submissão, ou fidelidade ao evangelho que começa a libertação total em Cristo, aqui neste bundo, na base da luta, da persistência, da coragem de criar uma sociedade de justiça e paz. O outro é mais ou menos paralelo: ou cuidar dos bons cristãos numa ilha de bem-estar espiritual, ou procurar exatamente os marginalizados e oprimidos, dentro e fora da Igreja, para que todos se tornem discípulos livres do Senhor. Talvez esteja aqui o motivo mais profundo dos conflitos que aquele sinal de contradição, chamado teologia da libertação, provoca. Em fidelidade ao evangelho, discernir no lugar da América Latina os sinais de vida e de morte na Igreja e na sociedade é sempre um trabalho doloroso, porque perturba a paz e a ordem tradicionais, demonstra a defasa-

gem entre a fórmula da fé confessada e a facticidade da práxis, e apela a uma conversão, uma saída em di-

reção ao desconhecido futuro do Reino de Deus; o mais desconhecido de todos os outros.

NOTAS

(1) De ano em ano, uma imensa literatura foi produzida sobre este assunto. Veja os Comunicados, Notícias, Estudos e Documentos da CNBB, revistas SEDOC, REB, Persp. Teol., etc.; livros de Juan Luis Segundo, Ação Pastoral latino-americana, até David Regan, Igreja para a libertação. Esta reflexão não é resumo destes dados ou seleção, apenas uma contribuição. (2) Veja os estudos do CEHILA e o documento de Puebla, S.J., Economia cristã dos senhores no

bla. (3) Cfr. Mt 27,18-20. (4) Jorge Benci governo dos escravos, ed. Serafim Leite do original de 1700, Porto, 1954. (5) Melhor estudo: Marcello Azevedo S.J., Comunidades eclesiais de base e inculturação da fé. São Paulo, 1986. Com ampla literatura. (6) Tiago 2,1-9; 1 Cor 11,17-22. (7) Mc 12,41-44. (8) Puebla, 3ª parte, 563ss. (9) Congregação para a doutrina da fé, Instrução sobre a liberdade cristã e a libertação, 1,43 etc. □

Algumas observações. Pequenas observações.

“Vivam sempre alegres”, 1 Tes 5, 16. A vida é assim: com as luzes não faltam as sombras. Mesmo vivenciando a dificuldade, mesmo em meio às tribulações, o(a) Religioso(a) precisa viver na ALEGRIA. Para quem tem fé, nunca faltarão motivos, naturais e sobrenaturais, para a alegria.

“Rezem sem cessar”, 1 Tes 5, 16. A fé se alimenta de oração. A oração nos prepara o encontro com Deus. Só Deus é o oxigênio que dilata os pulmões do(a) Religioso(a) na sua caminhada, na marcha, na sua corrida pelas vias exigentes de sua vida de entrega. Na oração se percebem a saturação das coisas humanas e a suficiência última e absoluta de Deus.

“Em tudo sejam agradecidos”, 1 Tes 5, 16. A gratidão reconhece que tudo vem de Deus. Deus nos cumula de dons. É a fonte de nossa paz e segurança. É ele que nos ama. É ele que sabe nos amar. Deus faz tudo para nos alcançar, para se aproximar de nós, para fazer-se ver por nós. Obrigado, Senhor.

“Deus é fiel”, 1 Tes 5, 24. É verdade. Ninguém poderá negar, sem mentir deliberadamente. Deus cumpre sua promessa. Mantém sua palavra. É misericordioso. A bondade de Deus invade o homem todo: corpo, alma e espírito. Invade, numa visão tridimensional, as possibilidades todas do imaginário, do simbólico e do real. É isto todos os dias, todas as semanas, sem descanso, sem envelhecer (*Pe. Marcos de Lima, SDB*).

QUE CRISTO SE DESCOBRE NA AMÉRICA LATINA

EM VISTA A UMA NOVA ESPIRITUALIDADE

*A espiritualidade pede o empobrecimento,
a tendência ao esvaziamento próprio e a renúncia,
acreditando-se que nesta debilidade há uma
força que não se alcança de nenhuma outra forma.*

Jon Sobrino

Pediram-me que falasse do Cristo que se descobre hoje na América Latina e que relacionasse este descobrimento com uma nova espiritualidade. Os dois temas parecem-me importantes. O primeiro porque pressupõe que algo de novo está se descobrindo a respeito de Cristo na América Latina, e que essa novidade, escandalosa por um lado, é uma boa notícia para os crentes em Cristo, que exige e questiona, mas ao mesmo tempo, conforta e alegra. A segunda porque relaciona o conhecimento de Cristo, com espiritualidade, o saber em relação a Cristo com a apropriação pessoal deste saber, com a vida de fé. E na ânsia de explicitar esta relação, surge, creio eu, a necessidade sentida de

que a teologia, neste caso a cristologia, esteja a serviço de uma espiritualidade e que esta seja parte integrante do conhecimento cristológico.

A estas duas perguntas vou procurar responder resumidamente por escassez de tempo, mas atingindo assim mesmo o fundamental. Para entender a resposta é preciso ter em conta, sem dúvida, o que meus companheiros desta mesa redonda dirão sobre a situação da América Latina e de suas Igrejas, pois essa realidade se converteu em principal princípio hermenêutico do conhecimento de Cristo. Por outra parte, como me pediram, tentarei apresentar a figura de Cristo e a espiritualidade, de maneira que signifiquem algo de importante para a Igreja européia. Vou, pois, acentuar aqueles pontos, que, por sua capacidade de questionamento e de esperança, possam trazer algo às Igrejas da velha Europa.

In "DIAKONIA", Boletim do Centro Inaciano da AMÉRICA CENTRAL, n.º 29, março de 1984, p. 47-63. Tradução de Irmão ANGELO M. CAMATA, FMS.

1. A FIGURA DE CRISTO NA AMÉRICA LATINA

Falar do descobrimento de Cristo na América Latina ou em qualquer outro lugar, significa que este Cristo se ocultou ou, mais exatamente, que nós os crentes, o temos escondido; ora porque paulatinamente O identificamos com nossas tradições que O imobilizam e O privam de sua eterna novidade; ora porque — e este é o problema básico — intuimos que o verdadeiro Cristo é sempre um desafio, e portanto uma ameaça ao homem concupiscente que sempre tenciona fabricar seus próprios cristos e a quem repugna ouvir, com ouvidos atentos, a verdade de um Cristo que vai além e, frequentemente, contra suas expectativas e seus interesses.

Descobrir a Cristo na América Latina não significa outra coisa do que redescobrir o Cristo dos Evangelhos, esse Cristo que não é outro senão Jesus de Nazaré, tal como no-lo descrevem os Evangelhos. Sem nenhuma dúvida esse re-descobrimento tem dificuldades técnicas de encontrar esse Jesus, já entregue a nós em textos de fé; e sem dúvida, esse Jesus tem que ser apresentado através de mediações. Mas o importante mesmo é chegar a esse Jesus de Nazaré; pois, a esse Jesus encontraram muitos cristãos latino-americanos.

Uma vez re-descoberto esse Jesus podemos nos perguntar por que foi possível este re-descobrimento, e a resposta novamente, é de suma importância. Na América Latina esse re-descobrimento, em primeiro lugar, não foi efeito de investigação teológica, mas simplesmente porque

o Evangelho re-encontrou seu próprio lugar, aquele lugar onde deve ser lido, e onde se torna transparente. Este lugar é o mundo dos pobres.

Pobres e evangelhos são correlativos, refletem-se mutuamente. Quando se separam, o Evangelho tende a permanecer simples texto, suscetível de ser transformado em pura doutrina, no qual se estudarão os textos que apóiem uma doutrina sobre Cristo. Quando, porém, se somam pobres e Evangelho, então o que se disse de Cristo nos Evangelhos mostra verdadeiramente o que de Cristo existe em Jesus; aparece, então o verdadeiro Jesus, mensageiro da Boa Nova aos pobres, e transformado Ele próprio, em Boa Nova. Pois, a partir dos pobres, recobram-se novos olhos para ler o Evangelho, e compreendendo Jesus dos Evangelhos, a partir dos pobres — se nos permitem uma frase chocante, supera-se um certo analfabetismo de quem não sabe ler o Evangelho. O re-descobrimento de Cristo deve-se, pois, ao encontrá-lo na relação entre Jesus e os pobres atuais, medida pela mensagem da Boa Nova de Jesus aos pobres de seu tempo.

Deste Jesus dos Evangelhos escreveu-se longamente, de sorte que não é preciso repetir em detalhes, o que Ele foi, disse, fez e padeceu. Pretendemos, no momento, apresentar algumas características formais de como é entendido esse Jesus na América Latina, as quais escolhemos e enfatizamos, porque, talvez, não estejam hoje tão presentes na Europa. Creio serem essas caracte-

rísticas da captação de Jesus sumamente importantes porque permitem que idênticos conteúdos evangélicos, que podem ser lidos em muitos lugares diferentes, recebam interpretação concreta e distinta, e tenham grande força transformadora para quem os lê.

a) A primeira característica de Cristo é ser captado como um *Jesus próximo*. *Proximidade* é, sem dúvida, uma categoria teológica e cristológica de primeira magnitude; o dogma da encarnação apenas confirma a absoluta proximidade de Deus aos homens em Cristo. Porém, uma coisa é aceitar este dogma de fé e outra, muito diversa, é fazer dessa proximidade algo de central na própria vida da fé.

Na América Latina se crê num Jesus próximo a nós, porque em primeiro lugar, é visto como próximo à própria realidade. Que queremos dizer com isso? Que Jesus é visto como alguém que se aproximou da realidade do seu tempo e do fato maior dessa realidade: as maiorias pobres, oprimidas, sem dignidade. E é também visto como quem fez desta proximidade o critério de toda a sua atuação. A partir disso se compreendem seus julgamentos sobre a realidade, o denunciá-la, desmascará-la, e também a seus responsáveis.

Essa aproximação da realidade é que O levou a comover-se até as entranhas perante o sofrimento do povo, fê-lo sair em sua defesa, imiscuir-se aos conflitos, ser perseguido e crucificado. "Proximidade" não é, pois, categoria abstrata mas histó-

rica; é a encarnação conseqüente em seu próprio mundo de opressão, a visão respeitosa deste mundo e a misericordiosa reação ante os oprimidos deste mundo.

Devido à proximidade com o seu mundo, Cristo Jesus é também hoje sentido como próximo pelos pobres da América Latina. A distância hermenêutica é facilmente vencida pelos pobres latino-americanos: um Cristo essencialmente próximo a seu próprio mundo é automaticamente compreendido, aceito e querido pelos pobres do mundo de hoje.

Desta proximidade de Jesus deduzem-se algumas conseqüências para a captação de Cristo. Em primeiro lugar, os pobres de hoje vêem, no processo de aproximação de Jesus aos pobres de seu tempo, o modo como Jesus foi se tornando irmão dos pobres, realmente participante de uma humanidade composta, em sua imensa maioria, de pobres. Diante disso, os pobres de hoje podem chamá-lo de irmão, alguém como eles. Entendem muito bem a Carta aos Hebreus, onde Jesus não se envergonha de chamar de irmão aos homens. Em segundo lugar o Cristo, que é Jesus, possui tríplice credibilidade devido à sua proximidade. Sejam quais forem os problemas acerca da "verdade" de Cristo, sua credibilidade se acha assegurada porque mantém sua proximidade até o fim. Neste sentido, a cruz de Jesus é vista como o símbolo máximo da proximidade de Jesus aos pobres, o que Lhe outorga o máximo de credibilidade. Em terceiro lugar, Jesus e o Evangelho são latino-americanos. Queremos com isso dizer que

fica superada a impressão de que o Evangelho na América Latina veio de fora e se mantém de alguma forma a partir de fora. Não é que os pobres da América Latina não aceitem a universalidade da Igreja, nem que nela existam centros eclesiais ou teológicos geograficamente distantes da América Latina. O problema é que o Evangelho lhes fala diretamente; e que não é necessário — embora continue sendo uma realidade, positiva em parte — é que o Evangelho venha filtrado e interpretado por outras regiões. Sentindo Jesus próximo, sentem que Jesus é deles, e que podem e devem ler o Evangelho. Deste modo consegue-se algo de suma importância: a possibilidade e a realidade de ser autenticamente latino-americano enquanto crentes, e que não sejam obrigados de algum modo a pedir emprestada sua identidade evangélica, sendo e permanecendo latino-americanos.

b) A segunda característica de Cristo é ser entendido como *um Jesus Libertador*. Isto não é um tópico da moda, nem algo introduzido pela teologia da libertação que o repete *oportune et importune*; é algo de essencial ao re-descobrimento do Jesus dos Evangelhos. Libertação em sua formulação como redenção e salvação — é novamente uma categoria fundamental. O que se deu na América Latina é que a libertação foi historiada e compreendida a partir das origens bíblicas, e desta forma é captada espontaneamente como boa, justa e necessária pelos pobres da América Latina. Se alguma passagem bíblica causou impacto e chegou ao mais profundo do

coração dos pobres é o conhecido Lc 4,18-19: “O Espírito do Senhor repousa sobre mim, pois ele me ungiu para que leve a boa-nova aos pobres. Me enviou para anunciar a liberdade aos cativos e dar vista aos cegos, para pôr em liberdade os oprimidos, para proclamar o ano da graça do Senhor”.

Além desta passagem fundamental há muitas outras que dão esperança aos pobres, como aquela em que o Reino de Deus se aproxima e que os pobres são ditosos porque deles é o Reino. Esta libertação desejada, reconhecida por Medellín como presença do Espírito e sinal dos tempos, converte-se em elemento essencial para compreender a Jesus. Vêem Nele o pregador e o realizador da libertação, aquele que põe em palavras o conteúdo de sua esperança, e dedica sua vida a serviço de que isso se torne realidade.

Embora não seja fácil sistematizar como eles vêem Jesus enquanto libertador, podemos dizer que O vêem como aquele que os liberta desde o mais profundo do seu coração; liberta-os da angústia, da resignação, do individualismo, do desespero. Eles vêem em Jesus aquele que lhes comunica força interior capaz de convertê-los pessoal e grupalmente, de homens medrosos em homens livres; livres para esperar, para unir-se, para lutar. Observam que hoje também se repetem aquelas cenas de curas: em contato com Jesus, os enfermos deixam de sê-lo; e Jesus lhes dá a razão: tua fé te salvou.

Vêem em Jesus aquele que conduz a uma prática destinada a trans-

formar a sociedade opressora em sociedade fraterna e justa, de acordo com o ideal do Reino de Deus. As mediações desta prática foram, em Jesus, sobretudo sua palavra; porém, essa palavra não foi só doutrina ou anúncio, mas também prática. A palavra de Jesus, denunciadora e desmascaradora, é percebida como condenação social, seja de uma sociedade teocrática organizada ao redor de um templo, seja de uma sociedade imposta pela força vinda de Roma, a *pax romana*. O fato de Jesus morrer crucificado, condenado como blasfemo e subversivo é — para a América Latina, onde tantos são assassinados igualmente como blasfemos e subversivos — a prova mais evidente de que Jesus procurou transformar a sociedade, que seu amor não está dirigido só aos pobres ou ricos individuais, mas às maiorias pobres, e que, portanto, seu amor foi também um amor político, libertador.

Finalmente, Jesus é visto como quem opera profunda libertação na própria noção de Deus. Os pobres na América Latina — por sua tradicional cultura religiosa e pela iluminação operada pela fé — não vêem o problema de Deus a partir de sua existência ou não existência, mas a partir da alternativa entre o verdadeiro Deus e os ídolos. Assim o percebem em Jesus. Este esclareceu em que consiste o verdadeiro Deus, desmascarando os ídolos. Estes são verdadeiras divindades, muito realmente existentes, que oprimem e matam os pobres, justificando-se em nome da divindade. Para Jesus, o verdadeiro Deus é o Deus vivo, que quer a vida dos ho-

mens, vida que deverá ser abundante; mas que começa com pão em casa, saúde e educação. Deus, que seja verdadeiramente o Deus da vida, um Deus cuja glória seja o homem, ou melhor, o pobre que vive, como Mons. Romero parafraseou a Ireneu, um Deus que seja do Êxodo, que baixa do céu para libertar seu povo, um Deus que toma partido, nos profetas, por aqueles a quem chama “meu povo”, em oposição a seus opressores, um Deus que queira construir um reino para os pobres; tudo isso entenderam muito bem os pobres da América Latina ao re-descobrirem a Jesus.

Esse Jesus continua hoje sendo captado e querido como libertador; continua gerando dignidade entre os pobres; assim os possibilita e os move a organizar-se como povo e povo de Deus; continua gerando compromissos, generosidade, lutas e entrega total pela libertação dos povos; continua alimentando a esperança de que a libertação virá, embora os obstáculos ingentes e o Reino de Deus não chegue porque alguém o deseja, e nem com a plenitude utópica desejada.

c) A terceira característica é que Cristo é entendido como *um Jesus presente na história atual*. Esta atual presença de Cristo é também uma categoria teológica fundamental, embora tenha estado mais presente na espiritualidade e na piedade do que na cristologia propriamente dita. Com isso queremos dizer que a atualidade de Cristo não influi muito para o seu conhecimento, com risco de reduzir-se a textos escritos no passado, de modo que para co-

nhecê-lo estejamos obrigados a voltar fundamentalmente ao passado. Que este seja necessário não há dúvida, para não se cair em ilusões entre outras coisas. Porém, o movimento unilateral ao passado não faz plena justiça ao Jesus dos Evangelhos, de Quem se afirma de diversas maneiras nos outros escritos do NT, que continua presente.

Na América Latina, a atual presença de Cristo é sumamente importante para os cristãos e também para a teologia. Não se trata, evidentemente, de “inventar” a Cristo a partir do presente, mas sim de entrar em contato com Ele no presente, por mais que se tenha de determinar cuidadosamente o que significa este contato. De qualquer forma, quer dizer que o conhecimento de Cristo não se adquire simplesmente com base no passado, mas também travando contato com o Cristo do presente. O Espírito de Cristo, os sinais do tempo que tornam o Cristo presente hoje, são sumamente importantes, supondo, evidentemente, que não se trata de qualquer espírito mas do Espírito de Jesus, capaz de recrear em nossa história a história de Jesus, levemente esboçada.

Em concreto essa presença de Cristo é vista hoje, na América Latina, na dialética do encontrar o Cristo atual e trabalhar para torná-lo presente. Parte essencial dessa presença se descobre — dito sem nenhuma rotina, mas com a absoluta seriedade de nossa atual situação, como afirmou Mons. Romero — no fato de que os pobres deste mundo estão completando em seus

corpos, o que falta à paixão de Cristo, e disso eles têm consciência. Que sofram uma imensa paixão é evidente, e que nesta paixão saibam que estão completando a de Cristo, é um dos modos de chegar realmente ao conhecimento de Cristo. Por outro lado são, e se sentem também corresponsáveis pelo atual senhorio de Cristo, quer dizer, implantadores já nesta história, dos sinais do Cristo ressuscitado: a esperança que não morre, o serviço desinteressado, a liberdade e a alegria. Desta forma os crentes são, e sabem que são, o corpo de Cristo hoje na história; e a partir deste corpo vão conhecendo melhor a Cabeça.

Com base nesta participação na realidade do Cristo celebram sua presença na eucaristia, na reunião e oração dos crentes, na solidariedade — a grande solidariedade com todo um povo sofredor, e nas pequenas solidariedades da vida cotidiana das comunidades —. Aceitam a presença sacramental de Cristo e a incorporam a si na fidelidade ao mandato de Cristo na última ceia: “Fazei isto em memória de mim.”; e novamente juntam a presença de Cristo com sua presença histórica: fidelidade à partilha do pão e do vinho — a própria entrega — e fidelidade em partilhar o pão e beber juntos na mesma mesa — fazendo com que Cristo se torne Senhor desta história.

Finalmente, a presença atual de Cristo é aceita com absoluta seriedade, de acordo com a palavra de Mateus na parábola do juízo final: “O que fizerdes a estes mais pequenos é a mim que o fazeis”. Cristo

continua hoje em nosso mundo, de maneira privilegiada nos pobres. Não significa que todo o Cristo esteja nos pobres, nem que só nos pobres esteja Cristo. Mas neles está, e essa sua presença nos pobres tem que ser tomada em conta com absoluta seriedade. Cristo está hoje escondido e sem rosto, por uma parte, e está também salvificamente presente a todo aquele que se aproxima dos pobres para libertá-los.

Estas breves reflexões sobre a presença atual de Cristo e as diversas formas de entrar em contato com Ele, não pretendem, todavia, substituir o passado de Jesus de Nazaré. O que se quer dizer — e em qualquer caso, assim sucede na América Latina — é que o conhecimento de Cristo vai se desenvolvendo dialeticamente entre o que Dele sabemos pelos Evangelhos e o que Dele intuímos no presente. Ambas as coisas vão se esclarecendo mutuamente, e através de ambas vai-se captando cada vez melhor quem foi e quem é Jesus.

d) Uma última característica de Cristo resume, por assim dizer, todas as outras: Cristo é percebido como *Jesus que é Boa-Nova*. Com isso queremos dizer que se descobre realmente o Cristo dos Evangelhos, porém não mais só historicamente, porquanto os Evangelhos são fontes para conhecer a história de Jesus, como também sistematicamente, pois Evangelho e Boa-Nova são sinônimos. Este re-descobrimento deveria ter sido o mais evidente, Porém não foi o mais freqüente. Por múltiplas razões o Evangelho se transformou em matéria para provar determinada teologia ou para

sustentar um dogma, o que é legítimo e necessário; mas nestes casos foi usado, não em sua forma original de Boa Nova. Ambientalmente também é freqüente o uso do Evangelho apenas para defendê-lo de quem o ataca, quer dizer apologeticamente; tarefa pastoralmente necessária quando um ambiente secularizado a isso constrange, porém, tarefa que coloca o Evangelho na defensiva e assim o priva de sua força original de ser Boa-Nova.

Esta ótica evangélica do Evangelho — passa a necessária redundância — é a que os pobres da América Latina redescobriram. Jesus é o arauto do Evangelho, de uma Boa-Nova. Suas palavras e obras são a Boa-Nova. Foi Jesus quem disse: “o Reino dos céus está próximo”, “bem-aventurados sois vós, os pobres, porque vosso é o Reino de Deus”; quando ensinou a orar começou com outra grande novidade: “Temos um Deus que é Pai e Pai comum: “Pai nosso”; Ele é quem falou a um homem acabrunhado: “Não temas, vai em paz”; Ele é quem disse ao pecador angustiado: a maior alegria de Deus é que os pecadores se aproximem confiadamente de Deus como de um Pai.

Este Jesus, portador da Boa Nova, é Ele próprio visto como Boa Nova para os pobres de hoje; é o grande dom de Deus ao mundo. Com Ele os pobres da América Latina podem repetir em verdade, a afirmação paulina de que “apareceu a benignidade de Deus”, ou a afirmação de João, de que “apareceu a graça e a verdade”, ou podem construir suas próprias formulações chaman-

do a Jesus de libertador. O importante desta formulação é que Jesus é entendido como Boa Nova e, sendo percebido assim, traz a alegria. Não há dúvida de que os cristãos da América Latina conhecem as duríssimas exigências de Jesus — não faz mal recordar aqui os milhões de camponeses, operários, estudantes, religiosas, religiosos, sa-

cerdotes, bispos que derramaram seu sangue por esse Evangelho e por esse Cristo na América Latina —, mas possuem também o júbilo e a gratidão de haverem encontrado Jesus. Por isso, o Evangelho se torna para eles carga pesada e leve ao mesmo tempo, como aquela pedra preciosa e aquele tesouro escondido pelo qual vale a pena vender tudo.

2. PARA UMA NOVA ESPIRITUALIDADE

Esse Cristo assim percebido é também um Cristo “vivido” no seguimento de Jesus. E nisto se encontra a base da espiritualidade, nova ou antiga, como queira. A espiritualidade fundamental não é outra coisa senão o exercício do espírito exigido para seguir a Jesus e propiciado, por sua vez, por este seguimento. Esta não é uma espiritualidade regional que intentasse reproduzir este ou aquele exemplo de Jesus, essa ou aquela atitude. É uma espiritualidade fundamental para confrontar-nos com nossa própria história atual, como Jesus se confrontou com a sua; é uma espiritualidade teo-legal para nos confrontar com o definitivo da história e com o definitivo de Deus, para enfrentar a vida e a morte, para lutar em favor de uma e contra a outra, para estar disponível a dar algo da própria vida, e até a própria vida, em benefício da vida dos outros; é uma espiritualidade cristo-cêntrica, pois faz tudo isso com o espírito de Jesus, do jeito de Jesus. Espiritualidade é, então, o exercício do espírito para tornar-se filho no Filho, como disse São Paulo.

a) Quais sejam os traços concretos dessa espiritualidade, conclui-se facilmente do que já foi dito sobre Jesus. Em sua origem encontra-se o ato do espírito de enfrentar-se com a verdade deste mundo, descobri-la, afirmá-la e denunciá-la como gravíssimo pecado, e fazendo isso tudo a partir dos pobres. E seu crescimento consiste em sentir grande misericórdia para com os pobres deste mundo, o que constrange a optar eficazmente por eles, defendê-los, lutar com eles para sua libertação, e transformar-nos a nós mesmos em boa nova para eles. Por outro lado, consiste também em nos mantermos fiéis a essa primeira opção, quando as conseqüências se anunciam duras e custosas; em penetrarmos e permanecermos nos conflitos que essa opção inevitavelmente gera; em estarmos disponíveis e sofrer toda sorte de perseguições que os poderes deste mundo inventam contra os pobres, e contra aqueles que com eles se solidarizam; em permanecermos fiéis até o fim, quando a opção pelos pobres exigir renúncia de si mesmo e até a própria vida.

Este núcleo fundamental da espiritualidade significa orientar a própria vida, não em torno de si e em favor de si mesmo, do próprio grupo ou mesmo da própria Igreja, mas em direção aos pobres deste mundo, os quais descentralizam verdadeiramente o próprio eu pessoal ou grupal. É a espiritualidade exigida pelo serviço conseqüente ao Reino de Deus ao qual devemos servir, mediação muito eficaz da exigência cristã do amor, que deve servir e não ser servido. Em palavras mais atuais, é a opção de viver para que exista justiça para com os pobres deste mundo; para que exista vida; para que esta humanidade, que produz muito mais a morte — lenta ou violenta — produza vida.

Nestes níveis a espiritualidade não parece ser muito sofisticada; não parece entrarmos no que tradicionalmente foi considerado como finalidade da espiritualidade: a santidade. No entanto é o primeiro passo absolutamente necessário para uma vida verdadeiramente humana, para uma vida cristã e para uma vida santa.

Esta espiritualidade é a que nos torna afins desse Deus da vida, da libertação, da justiça, que deseja que seu povo viva. É reconhecer que na vida dos pobres deste mundo existe algo de último e santo, em cujo serviço vamos nós mesmos alcançando o que, na realidade, é último também para nós, e fora do qual será vão procurar a finalidade de nossa própria vida, do sentido de nossa própria vida e de nossa esperança.

b) Essa atitude fundamental em favor dos pobres deve ser acompanhada de certo espírito semelhante ao de Jesus. A opção pelos pobres pode ser levada a cabo de diversas formas; mas cristãmente deve reproduzir aqueles valores, aquelas atitudes, aquelas virtudes realizadas e exigidas por Jesus. Trata-se, portanto, de reproduzir o espírito fundamental de Jesus no serviço ao Reino de Deus e o modo de levá-lo a termo, o jeito de Jesus no serviço ao Reino. Isto transparece programaticamente em muitas das exigências de Jesus, no sermão da montanha, especialmente nas bem-aventuranças, onde nos diz o que deve ser o seguidor de Jesus que luta pela justiça.

A espiritualidade pede o empobrecimento, a tendência ao esvaziamento próprio e a renúncia, acreditando-se que nesta debilidade há uma espécie de força que não se alcança de nenhuma outra forma, e que esse empobrecimento é o único que pode sanar a concupiscência inerente ao uso do poder, por outra parte necessário. Exige pureza de coração, castidade profunda para reconhecer as coisas como são, sem manipulá-las em proveito próprio, sem ceder ao dogmatismo sempre desumanizante que quer fazer coincidir a realidade com as próprias idéias e interesses. Exige a busca da paz em meio à luta, às vezes da luta armada, para que a violência, tragicamente necessária e legítima em certas circunstâncias, não se volte para si mesmo, e nem em mística salvífica. Exige a busca da reconciliação e do perdão, não apenas como atitudes puramente psicológicas, às vezes di-

ficilmente alcançáveis — embora tenhamos disto comovedores exemplos —, senão como atitude de não fechar para sempre o futuro do adversário e reconhecer que também nele pode haver o positivo. Exige atitude de gratuidade, tão dificilmente conceituável, a qual, por um lado, nos mostra sermos “servos inúteis”, e por outro, faz com que a prática tenha o vigor de quem se sente agradecido; de qualquer forma é a experiência da gratuidade que cura a híbris inerente a qualquer projeto humano, por bom e justo que seja. Exige atitude de júbilo em meio à dor, cientes de que sempre podemos nos dirigir a Deus como a um Pai, na oração, na eucaristia, nas celebrações da vida cotidiana, da solidariedade, dos triunfos parciais. Exige, enfim, a manutenção do espírito de utopia, a afirmação da esperança num futuro que será salvífico, que nos impulsione a alcançá-lo, embora não o possamos alcançar, que procuremos reconciliar sempre o que na história é dificilmente reconciliável: luta e paz, justiça e perdão, novos homens e novas estruturas.

c) Esse esboço de espiritualidade é evidentemente cristológico, segundo o Cristo que se foi re-descobrimdo; mas é também teologal. Com isso queremos afirmar que a prática desta espiritualidade é caminho para Deus, e encontro com Deus na história. Dissemos que é também teologal, pois versa sobre aquelas realidades últimas que podem mediar (ou impedir) esse caminho e esse encontro. Cremos que possui uma finalidade muito radical, pois visa a finalidade com a qual todo ho-

mem, em qualquer época e lugar, tem que enfrentar-se; historicamente exige com muita clareza e crueza, a vida e a morte como coisas últimas e quer resposta ante essa própria vida e morte. Por essa razão, além desta espiritualidade ser cristã, por ser cristológica, é também fundamentalmente humana: pois traz de volta para o cristão as realidades e exigências fundamentais para todo homem: ser corresponsável ou não, com essa humanidade sofredora que mantém sempre viva a esperança de vida.

Esta espiritualidade acima descrita é que lança ao espírito humano as perguntas que nascem da mesma realidade, as indagações sobre a esperança, sobre o amor e sobre a fé. A esperança tem realmente sentido para a humanidade? É verdade que o amor é o mais profundo ato do ser humano? É certo que no mais íntimo da realidade exista o bem e a verdade? Cremos que a espiritualidade descrita, precisamente por colocar o homem em contato com aquela realidade e aquela prática na qual, literalmente, entram em jogo a vida e a morte dos homens, provoca essas perguntas inevitáveis e radicais. A resposta a essas perguntas pode ser diferente, e segundo elas, responder-se-á de uma forma ou de outra ao problema teologal, o problema de Deus. Frente à realidade sobre a qual versa esta espiritualidade, não é contrassenso o homem suspender o julgamento ou negar a bondade final da realidade. Sobram-lhe experiências históricas para essa tomada de posição. Outros, entretanto, respondem positivamente. Uns o farão sem mencionar expli-

tamente a Deus; outros mencionam a Deus explicitamente. Os crentes, que praticam essa espiritualidade, muitas vezes não podem expressá-la por palavras porque devem mencionar a Deus; talvez só o possam dizer à maneira da teologia negativa, que mais verdadeira é a esperança do que a resignação; que o amor é melhor do que o egocentrismo; que ao dar a vida por amor realizaram um ato mais humano; que algo existe no fundo da realidade; que é promessa de justiça, de verdade, e de paz impulsionando sempre para diante. De fato os crentes mencionam a Deus; chamam-no de Pai e deixam-no continuar sendo o Deus misterioso e insondável. O importante a notar é que fazem isso através da espiritualidade que descrevemos. Esta deveria ser, em pura lógica, o maior obstáculo à aceitação de Deus, perante as tremendas injustiças; entretanto é isso que abre a possibilidade de aceitarem a Deus, como Jesus, e de considerarem a própria vida como um caminhar com Deus e para Deus. Isto acontece de fato, e não

se pode ir além do fato para buscar uma explicação; mas esse fato mostra que a espiritualidade que nasce do seguimento de Jesus a serviço de um Reino para os pobres, é espiritualidade no sentido mais pleno da palavra, pois joga com todas as energias do espírito, responde aos maiores desafios desse espírito e também às maiores esperanças de realização desse espírito.

Digamos também, para terminar, embora de passagem, que este aspecto teológico da espiritualidade do seguimento de Jesus é a maneira real de aceitar *in actu* a transcendência de Cristo — tema a que não aludimos antes. — Na América Latina os cristãos mostram que crêem em Jesus como Cristo, não tanto porque formulem ou confessem sua divindade — coisa que aliás o fazem sem dificuldade —, mas porque tomam o seguimento de Cristo como finalidade, e isto, automaticamente é aceitar Jesus como fim último, a partir do que vão enfrentando a finalidade de suas vidas e da história.

3. SIGNIFICADO PARA AS IGREJAS EUROPEIAS

Tudo o que dissemos só pode ser, em última análise, oferecido como uma realidade questionante e boa-nova para os que habitamos a América Latina e para os cristãos da Europa. É verdade que existe esta descoberta do Cristo e essa espiritualidade. Muitas vezes perguntam na Europa como fazer, como desenvolver na Europa comunidades de base, opção pelos pobres, teologia da libertação. Para essas perguntas

não há resposta que atue como receita; e menos ainda da parte dos latino-americanos que procuramos ser cristãos dentro de uma realidade concreta e não apoiamos precipitados universalismos e, menos ainda, colonialismos cristãos e teológicos, dos quais tanto padeceram as Igrejas do Terceiro Mundo. A questão não é, pois, de propor ou impor receitas. Entretanto, algo se pode adiantar a partir da própria

experiência. Mais do que os produtos acabados, eclesiais ou teológicos, quisera apresentar a raiz de todos eles: encontrar aquele lugar onde o Evangelho mostre toda sua criatividade intrínseca e cresça como árvore frondosa. Este lugar, é claro, são os pobres deste mundo. Mantendo esta correlação entre o Evangelho e os pobres, descobre-se a Cristo, viceja a espiritualidade, mantém-se o mistério de Deus como salvífico e cresce também uma Igreja dos pobres, tema este que não desenvolvemos. Buscar na Europa esta correlação entre o Evangelho e os pobres é tarefa vossa. Quisera apenas, para terminar, dar algumas sugestões que talvez sejam úteis para essa busca.

Considerada a Igreja da Europa em sua totalidade, com as novidades que depois citaremos, parece-me importante, em primeiro lugar, acabar com certos preconceitos, compreensíveis historicamente, mas teologicamente inaceitáveis. É preciso acabar com a confusão teológica de que a Europa, por ter sido o centro geográfico a partir do qual se expandiu o Evangelho, continue sendo o centro teológico da fé, da Igreja e da teologia. Em nível histórico é preciso acabar com o preconceito de que o homem europeu seja simplesmente o homem universal, afirmação empiricamente falsa e teologicamente inadequada, se se quer compreender a fé a partir deste homem, e deste para todos os homens. Em nível teológico, é preciso acabar com o preconceito, permitam-me dizê-lo com clareza, de que a Europa continue sendo o lugar privilegiado de Deus, a partir do

qual Deus chegue a outras partes do mundo, que de lá tenha que sair a reflexão sobre Deus para o resto da humanidade, de tal modo que o problema europeu de Deus deva ser também o problema universal de Deus. Enquanto se pressunha, consciente ou inconscientemente, que as Igrejas e a teologia européia tenham o monopólio sobre Deus, pouco se progredirá. Com isso estou propondo um ato de humildade às Igrejas européias para que aceitem não serem mais o centro da fé; mais ainda, para que aceitem o silêncio de Deus nas sociedades orientadas para o progresso unilateral, a abundância, o consumismo — embora a conjuntura atual européia haja ofuscado esses ideais —, para que não forcem a Palavra de Deus lá onde ela não existe, nem pressunham que essa Palavra se tenha tornado patrimônio perene das Igrejas européias. Esta humildade é um momento de empobrecimento, necessário e também frutífero.

Parece-me também importante acabar com a atitude inadequadamente pluralista segundo a qual as Igrejas européias aceitariam — ou “tolerariam” — o que sucede nas Igrejas latino-americanas, mas não estariam realmente prontas a ouvir o que lá ocorre, nem aprender o que de bom lá se realiza. Já dissemos que não se trata de voltar ao universalismo uniformista na Igreja; porém, numa Igreja verdadeiramente católica, todas as Igrejas locais deveriam estar abertas ao que ocorre nas outras, como momento essencial de sua própria localidade; deveriam estar prontas a ouvir outras vozes, outras experiências, outras

teologias, outros compromissos, outros martírios que vêm da América Latina; do mesmo modo como as Igrejas latino-americanas deverão estar abertas a tudo o que a Europa oferece de evangélico.

Esta humildade e abertura me parecem condições prévias, historicamente exigidas pela atual situação das Igrejas da Europa, para encontrarem novamente o lugar do Evangelho. Que surgirá de positivo destas atitudes, onde e como encontrar esse lugar, é trabalho vosso, como já foi dito. Mas, sim, algo positivo está surgindo tal como eu entendo. Na Europa existem muitos grupos cristãos, dos quais fazem parte também sacerdotes e bispos, que procuram qual seja o pecado fundamental europeu, tarefa trágica, porém necessária, porque assinala o mundo dos pobres; quais são as dimensões locais e internacionais desse pecado, com o qual — novamente de forma trágica — se abrem à universalidade do pecado e assim à universalidade dos pobres deste mundo. A partir do conhecimento deste pecado, muitos grupos cristãos trabalham para realizar sua fundamental conversão, a qual, por uma parte, supõe integração real na humanidade atual, o sentirem-se seres humanos corresponsáveis com os sofrimentos e as esperanças das maiorias pobres deste mundo, e por outra parte, o lograrem nova visão a partir dos pobres, o que abre os olhos para o Evangelho. Há muitos grupos cristãos que agem contra o ideal inquestionado de uma sociedade consumista e de abundância; que praticam a austeridade como testemunho pessoal contra uma sociedade desu-

manizante, assim como contra uma sociedade injusta, e a favor de uma nova sociedade baseada na "civilização da pobreza" (I. Ellacuria) que nada tem a ver com a miséria, mas que é considerada como a única forma em que seja viável o ideal de fraternidade. Há muitos grupos cristãos que se comprometem nas lutas cruciais de nosso tempo, a lutar pela paz e a lutar pela justiça em seus próprios países e no Terceiro Mundo. Há muitos cristãos que desenvolvem ativa solidariedade com os povos e a Igreja da América Latina, ajudando moral, econômica, política e cristãmente, abertos a receber o que lhes oferecem aqueles povos e aquelas Igrejas. Estes grupos organizados em comunidade, paróquias, comitês de solidariedade ou em agrupamentos de teólogos, estão demonstrando criatividade na liturgia e na teologia, na pastoral e na solidariedade. Isto para mim é sinal claro de que os Evangelhos encontram também seu lugar na Europa. Esses grupos correm riscos e, às vezes, sofrem algum tipo de perseguição; e quando isto acontece, é porque verdadeiramente se encontraram com o Evangelho. A Igreja européia já não se impõe pela massividade nem pela abundância dos meios materiais e intelectuais; está, porém, presente de forma visivelmente mais humilde e mais evangélica. Há muitos anos K. Rhaner falava de uma Igreja da diáspora como futuro da Igreja; predizia o que hoje é realidade: que a Igreja não vai ficar inquestionada, nem a fé vai ser aceita ambientalmente. Daí concluía que o futuro da Igreja se encontrava em grupos cristãos de fé consciente. Ao que acrescentaria

que "diáspora" poderia significar grupos pequenos, retirados; mas a mim me parece que esses grupos descritos são também levedura, o que supõe esperança.

Qual seja o futuro da Igreja Européia, como o indaga o tema desta mesa redonda, não posso responder. Porém, com base na América Latina, acredito que a Igreja européia, como qualquer outra Igreja, tem futuro na medida em que se integra em nossa humanidade atual, humanidade composta de milhões e milhões de pobres que sofrem e querem viver, que mantêm sua fé e esperança, e que continuamente procuram sua libertação, que, em linguagem evangélica, esperam e trabalham para o Reino de Deus. Às vezes se diz que as Igrejas da América Latina possuem grande vantagem sobre as européias, porque a realidade da humanidade aparece mais clara e, por isso, é mais fácil inserir-se nela. Vantagem trágica, seguramente, mas que se oferece a todos: tornar-se corresponsáveis com

o futuro desta humanidade de pobres. Quando isso ocorre, a vida retoma seu sentido e mesmo sua alegria. O Evangelho é Boa Nova. Cristo volta a ser Jesus de Nazaré. A vida dos crentes torna-se seguimento de Cristo no mundo de hoje. Esse seguimento não é mais acompanhado do velho triunfalismo eclesial, mas de sobriedade baseada na verdade. A vida torna-se caminhada com profundo sentido, não porque os cristãos tenham já solução para tudo, mas porque objetivamente temos a direção para a qual nos encaminhamos: o Reino de Deus e, subjetivamente, porque nos colocamos a serviço da vida. O futuro da Igreja depende de sua decisão de fazer o que dizia o profeta Miquéias: "Praticar o direito e a justiça", caminhar sem triunfalismo, por um lado e sem complexos de inferioridade, por outro, humildemente com Jesus. Construindo o Reino de Deus, como Jesus, chegaremos até esse Deus. Desta forma os crentes e as Igrejas assumem sua corresponsabilidade e vivem o júbilo da fé. □

Como julgar a escravidão?

Entre os conquistadores houve tanto o fervor religioso quanto grandes deformações, fraquezas e crimes. Sem negar o erro da escravidão, deve-se julgá-lo também à luz de uma estrutura cultural profundamente diversa da estrutura vigente em nossos dias. Neste centenário, cabe-nos, portanto: (1) Louvar os que se bateram por esta causa e assumiram a responsabilidade por uma legislação cristã. (2) Completar o que falta à supressão da escravatura, ou seja, prover os meios para a plena realização humana dos descendentes daqueles que, em grande parte, construíram este país. (Pe. Marcos de Lima, SDB).

DOM BOSCO

E O SEU ESPÍRITO

“Redunda em benefício da Igreja que os Institutos tenham índole e funções próprias. Sejam pois, fielmente conhecidos e observados o ESPÍRITO e as intenções dos fundadores”, Perfectae Caritatis, 2.

O que é o espírito de Dom Bosco?

Todos os batizados possuem o mesmo Evangelho e são guiados pelo único Espírito. Mas são diversos os caminhos para se seguir o mesmo Senhor. E as relevâncias no percurso de um mesmo caminho se diferem. O *ESPÍRITO* de Dom Bosco é, portanto, aquele conjunto de valores e aspectos evangélicos aos quais ele foi, particularmente, sensível nas atitudes interiores e no comportamento exterior. Dom Bosco, na Igreja, é conhecido e reconhecido não só pelo que fez, mas, sobretudo, pela maneira com que o fez. Observe-se bem que não se fala de *ESPIRITUALIDADE*. A espiritualidade de Dom Bosco seria uma reflexão global sobre sua relação com Deus. Ou poderia ser, ainda, uma análise e uma sistematização conceitual dos valores de sua experiência espiritual. Aqui, todavia, se quer referir ao *ESPÍRITO* de Dom Bosco, isto é, ao conjunto de seu peculiar estilo de vida e de ação, orações e prática educativa e pastoral, como dinamismo evangélico vivido e transmitido à Família Salesiana como modalidade quotidiana de existência. Trata-se, portanto, de individuar os traços característicos de sua fisionomia. O *espírito* é realidade viva e orgânica. Pertence à ordem do existente, do histórico, do concreto.

Assim entendido, quais seriam as atitudes fundamentais do *ESPÍRITO* de Dom Bosco e, também, do espírito salesiano?

A primeira atitude fundamental se apresenta sob tríplice feição. *Em nível profundo*, o núcleo animador e a síntese do espírito de Dom Bosco é a *CARIDADE PASTORAL*. A caridade é, ao mesmo tempo, fonte e justificação do espírito de Dom Bosco. Explica todos os elementos e lhes dá coerência radical. A caridade é o distintivo do seguidor de Jesus (Jo 13, 35). Dom Bosco viveu e transmitiu um estilo original de vida e de ação centrado na caridade. *Em nível de experiência individual*: uma pessoal união com Deus, sabendo fazer do trabalho, oração e dos sacramentos, sustento. *Em nível eclesial*: o espírito de Dom Bosco se exprime num renovado sentido de Igreja: fidelidade ao Papa e comunhão com os Bispos.

A segunda atitude fundamental: o espírito de Dom Bosco é marcado pelo ESTILO DAS RELAÇÕES pastorais: *amor de predileção* para com os jovens; *carinho*, portador de uma mensagem de pureza, com a objetiva preocupação de formar jovens para o amor; *ambiente de família* que ajuda a compartilhar e perdoar; *otimismo e alegria* contagiantes.

Terceira atitude fundamental: o espírito de Dom Bosco permeia a PEDAGOGIA pastoral. *Trabalho*, como operosidade incansável; *temperança*, como realismo ascético; *prontidão* criativa e flexível para responder às urgências locais; um amor que se doa abastecendo-se com a caridade de Deus.

É fácil concluir que o espírito de Dom Bosco “encontra seu modelo e sua fonte no próprio coração de Cristo, o apóstolo do Pai” (LG 3). “Não sem especial disposição de Deus, o espírito de Dom Bosco tira do Evangelho a sua original natureza e força”, (Paulo VI, *Magisterium Vitae*, 24.5.1973). Para compreender o espírito de Dom Bosco é preciso ir até à fonte da qual ele o hauriu: CRISTO, a plena revelação da Caridade divina. Foi na caridade de Cristo que Dom Bosco se inspirou de modo consciente, sob dois aspectos complementares: Cristo modelo, Cristo fonte. O Espírito nos consagra em Cristo, conforma nossa vida à de Cristo, abre-nos a uma experiência de união com Ele.

O Evangelho é o mesmo e único para todos. Mas o mistério de Cristo é insondável (Ef 3, 18) e inexaurível na riqueza e na fecundidade. Por isso, há intuições, percepções e angulações típicas e exclusivas correspondentes à missão providencial de cada pessoa. É possível, pois, uma leitura salesiana do Evangelho, não obstante sua unicidade. Quero apontar, aqui, cinco traços da figura do Senhor que encontramos com mais evidência no espírito de Dom Bosco. É uma obviedade elementar não ser um elenco acabado.

1. *A gratidão* e o louvor à bondade infinita do Pai que nos chama a Si como a um filho e dá uma vocação divina a todos os homens. “Bendigo-te, ó Pai, Senhor do céu e da terra, porque escondeste estas coisas aos sábios e inteligentes e as revelaste aos pequeninos”, Lc 10, 21. É a figura de *Cristo Sacerdote*, capaz de eucaristia em plenitude: reconhecimento, ação de graças, piedade confiante.

2. *A solicitude* no pregar, no anunciar, no curar, no salvar pela urgência do Reino que vem. Dom Bosco chama a esta solicitude de ZELO. É a figura de *Cristo Profeta* que passou “ensinando e curando”, Mt 4, 23. Dom Bosco deixou escrito: “Se eu pusesse tanta solicitude pelo bem de minha alma como ponho para o bem das almas dos outros, poderia estar seguro de salvar-me”, *Memorie Biografiche*, vol. VII, pág. 250.

3. *A predileção* pelos pequenos e pelos pobres. “Quem acolhe em meu nome algum destes pequenos, a mim acolhe”, Mc 9,37. É a figura

(Continua na terceira capa, ao lado)



Rua Alcindo Guanabara, 24 — 4.º andar / Cinelândia / Tel.: (021) 240-7299
20031 Rio de Janeiro, RJ

Prezado Assinante:

Rio de Janeiro, RJ
1 de junho de 1988

Em minha carta de janeiro/fevereiro de 1988, Você leu:

“A longo prazo, todos estaremos mortos, advertiu John Maynard Keynes... Se todos haveremos de morrer, outros viverão. Imprescindível, portanto, construir para o futuro, para outras gerações”.

Reler este pensamento me levou à **imagem zoomórfica dos castores**. Eles possuem um instinto de sobrevivência que os transforma nos mais utópicos dos animais. Todos os seres vivos têm um impulso congênito para a procriação ou para **realizar gestos de permanência**, conscientes ou instintivos, que recordem sua passagem pelo mundo. Mas os castores têm uma noção de prospectiva notável. Investem na construção de diques que levam 200 anos para ficarem prontos. Ora, um castor não vive 200 anos. Duzentos anos cobrem várias gerações de castores. E, então, para quem constroem os castores? No estudo dos castores, o enigma é o TEMPO.

E, por que, como castores, alongar o dique da vida, se **não podemos viver sempre?** No estudo da pessoa humana e da matriz de seu comportamento, o MISTÉRIO é ela própria, figura estranha, sublime e frágil, caminhando na fronteira do visível e do invisível. Apesar de tão efêmera quanto as imagens projetadas na água, no fundo, lá no canto da alma onde a luz se resguarda, **a pessoa propende para a Fé e CRÊ**. Por isso, onde quer que o coração, superando o egoísmo, a violência, o ódio, num gesto de amor, se debruce sobre quem se encontra na necessidade, ou se empenha pela justiça em favor da paz, aí, ainda hoje e agora, **afirma-se a VIDA, a opção de Deus** em cujo favor ele se manifesta com poder. A morte retrocede. A FÉ, esta certeza inexplicável, se robustece. Vive sem fim quem perde a própria vida para fazer outros viver.

Em minha carta de maio de 1988, deixei escrito:

“A Vida Religiosa é feita de **coisas essenciais**, sem as quais ela perderia sua identidade... Mas a Vida Religiosa é feita, também, de **coisas, embora acidentais**, nada, porém, supérfluas, como o SILÊNCIO, uma virtude penosa a se recuperar para se adentrar na cultura de seu valor, conformando-se à **lei do grão de trigo**”.

“Se o grão de trigo não cair na terra e não morrer, ficará sozinho; mas se morrer, produzirá muito fruto”, Jo 12, 24. A lei do grão de trigo é **a morte necessária para que a vida manifeste sua plenitude**. Morte necessária, vida em plenitude, relação paradoxal e racionalmente irreconciliável. A lei do grão de trigo é deixar de ser o que era. É transformar-se. Produzir uma multidão de grãos. O preço da **VIDA** de uma espiga e a **MORTE** de um grão. Vida e morte, espiga e grão, momentos cronológicos e quantitativos, mas, sobretudo, momentos qualitativos e de inefável concomitância dialética. O que se perde é insignificante ao se comparar com aquilo que se ganha. A lei do grão de trigo é, ainda, aquela patética organicidade entre morte e vida, num **processo que faz da morte uma nova criação**, que faz do silêncio o centro de consistência e o clímax da palavra e da ação.

A consciência do próprio crepúsculo que se aproxima com pés de feltro sem se deixar presentir é uma experiência desconcertante. Mas importante é o que ocorre nos arcanos da morte, pela **certeza indizível da Fé** de se renascer em definitivo e de se viver plenamente, num além-fronteira espacial e atemporal. Só a Fé em Deus e em seu Filho JESUS liberta da angústia e da amargura a morte e faz dela um passaporte para aquela região onde a LUZ não se apaga e o SOL descohece o caso. **Quem crê se incorpora nele o poder da Ressurreição** (Jo 3, 15). Uma esperança bem maior do que qualquer dor.

Desejando-lhe toda paz e todo bem, com sempre renovada estima e fraterna amizade, subscrevo-me,

atenciosamente

PE. MARCOS DE LIMA, SDB
Redator-Responsável
Convergência e Publicações CRB